

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
ALERJ

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

AMARAL, Francisco. *Francisco Amaral (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

FRANCISCO AMARAL
(depoimento, 1999)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 28/12/1999

duração: 3h 45min

fitas cassete: 04

páginas: 45

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista é a sua versão editada e publicada em livro: *Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende*. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

Sumário

Não há sumário desta entrevista. Favor consultar diretamente o livro.

De Pedreiras a Nova Iguaçu

Qual a sua origem, sua formação política?

Sou originário de Pedreiras, Maranhão. Nasci em 1933, dia de Todos os Santos. Meu avô por parte de pai foi um dos desbravadores da região, um dos pioneiros da cidade: Crescêncio do Amaral Raposo. Exerceu o cargo de coletor federal e se casou com uma retirante da seca de 1877 proveniente do Ceará, minha avó Constância. Quando houve aquela seca de 77, uns foram para o Pará, outros para o Amazonas, outros preferiram ficar nas cercanias do Ceará, e o Maranhão acolheu muita gente. Minha avó foi uma dessas pessoas. Meu avô, na verdade, era uma espécie de faz-tudo. Cidade do interior, Pedreiras naquela época não tinha nada: não tinha água encanada, não tinha saneamento... Até quando saí de lá, em 1942, ainda era assim. Meu avô, então, exercia várias atividades: além de coletor federal, era médico e farmacêutico. Clinicava por um livro, o Chernoviz, que o orientava nesses misteres. Qualquer coisa que surgia e que ele não sabia resolver, consultava o Chernoviz.

Meu pai, Antenor Magalhães Amaral, filho único, logo perdeu a mãe e foi criado sob a batuta do pai. Mas sempre foi um espírito rebelde. Embora, ali, o máximo a que poderia chegar de educação fosse o primário — como chegou, estudando em São Luís —, sempre procurou se esclarecer. Lia muito, ia a São Luís comprar caixotes de livros que vinham do Porto, da Editora Lello e outras, com obras de Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, Eça de Queiroz, Alexandre Herculano. Lia também os autores nacionais. Foi sempre um devorador de livros. Tanto que era uma pessoa que tinha uma facilidade incrível para se relacionar, para prostrar, contar histórias — escrevia contos e passagens pitorescas da vida. Descambou para a política em contraponto ao condomínio político da família Moraes Rego, que mandava na região. Embora rebelde, era um homem calmo, polido e de fácil relacionamento. Minha mãe, Maria de Lourdes Martins Amaral, também tinha o hábito de ler. Apesar de ter tido 10 filhos, sempre encontrava tempo para a leitura. Com ela adquiri esse hábito. Era muito amorosa, sem deixar de ser enérgica quando necessário.

Quando seu pai entrou na política?

Antes da Revolução de 30. Ele até me contava o seguinte: que ele e alguns outros gatos pingados eram revolucionários, eram contra Washington Luís, apoiavam Getúlio Vargas e João Pessoa. Com o sucesso da revolução, ele se surpreendeu, porque no dia seguinte todo mundo estava de lenço vermelho no pescoço. Meu pai foi suplantado pelos adesistas de última hora, mas ainda assim, quando vieram as eleições, elegeu-se deputado estadual. Fez a campanha praticamente sem dinheiro. Embora meu avô tivesse a imagem de uma pessoa rica, porque tinha terras, aquilo não valia nada. Meu avô não era fazendeiro, era um servidor público que tinha algumas terras, mas nunca se preocupou em colocá-las para produzir. Não era muito de trabalhar pra valer, verdade seja dita. Quem tinha espírito mercantil era minha avó. Essa sim, como boa cearense, sabia realmente comerciar, mexer com as coisas. Ficava tudo nas mãos dela. Meu avô, nos dias festivos, vestia aquela farda de coronel da Guarda Nacional... Viveu dessas honrarias, vamos dizer assim. Meu pai chegou até a dar ou a emprestar parte daquelas terras para fazerem um campo de aviação. O primeiro avião que pousou, foi uma festa. Também acho que foi o primeiro e último... Depois, quando nós viemos para o Rio de Janeiro, as terras foram vendidas a preço de banana. Deixamos de ser latifundiários...

Em 1934, depois que meu pai foi eleito deputado pelo Partido Republicano Maranhense, na corrente do Lino Machado, nós fomos para São Luís, para ele assumir o mandato — na época já éramos quatro filhos: uma irmã, eu e dois gêmeos; em São Luís nasceu outra irmã. E aí aconteceu algo interessante. Meu pai era da oposição. Ia haver eleição indireta para governador e para senador, e a oposição apresentou como candidato Aquiles Lisboa. O governador — acho que era o Martins de Almeida, que tinha como secretário de governo Vitorino Freire, — apresentou outro candidato de cujo nome não me lembro. Depois de registrados os dois candidatos, constatou-se que haveria empate, e nesse caso ganharia o mais velho, que era justamente Aquiles Lisboa. Houve então uma tremenda pressão em cima dos deputados da oposição, pois bastava a migração de um voto para mudar o resultado. A tal ponto foi a pressão, até com risco de vida, que eles pediram proteção a Getúlio Vargas, e Getúlio mandou o 24º Batalhão alojá-los até o dia da

eleição. Meu pai contava que nesse período em que estavam homiziados no 24º Batalhão começaram a chegar propostas, para ele e outros: 500 contos e o cargo de senador para quem mudasse o voto. O sujeito seria eleito senador, sairia da Assembléia, pegaria um hidroavião e viria para o Rio exercer o mandato. Mas ninguém aceitou. Houve empate, e assumiu Aquiles Lisboa. Mas quatro ou cinco meses depois ocorreu o rompimento com o governador. Em 1937 instalou-se o Estado Novo, extinguiu-se a função legislativa, e meu pai voltou para Pedreiras. De profissão, era escrivão de coletoria. Com a morte de meu avô, passou a coletor. Meu avô morreu lá por 1939, 40, com 93 anos.

Em Pedreiras, meu pai vivia muito preocupado com a formação dos filhos, porque ele mesmo não tinha tido oportunidade de ter uma educação superior. Nem de segundo grau: parou no primário. Era autodidata, mas com grande dificuldade, porque restrito a uma cidade com carências de toda ordem. Pedreiras não tinha mesmo nada. Nem encanamento! O serviço de água — eu me lembro, era garoto — era feito por jumentos. O jumento entrava no rio Mearim, enchia uma pipa de um lado, outra do outro, levava para as casas, e aí a água era depositada em bilhas, recipientes de barro onde era decantada com pedra-ume. O serviço de esgoto era a fossa, no fundo do quintal. Era a “casinha”. Meu pai contava que uma vez um inspetor de educação chegou a Pedreiras, foi para a pensão e, quando quis ir ao banheiro, indicaram a casinha. Ele foi lá, voltou até a sala, pegou uma cadeira de palhinha, tirou a palhinha, serrou e fez um trono... Eram essas as condições.

Meu pai tinha convidado para padrinhos dos gêmeos, por correspondência, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva,¹ cujos nomes deu aos filhos. Escrevia bem, mantinha correspondência com os compadres, principalmente com Antônio Carlos, e, preocupado com a nossa educação, escreveu-lhe pedindo que lhe arranjasse um lugar no Sul. Antônio Carlos então o removeu, como coletor federal, para Itaocara, no norte fluminense. Fomos para São Luís, onde era interventor Paulo Ramos, padrinho, junto com a mulher Nazaré, da minha irmã Maria Malvina, e ficamos hospedados numa pensão mais ou menos um mês, até podermos embarcar. Embarcamos no *Baependi*, do Lóide Brasileiro, que nos deixou no Rio em julho de 1942. Quando voltava para o

¹ De tradicional família mineira, os dois irmãos ocuparam importantes cargos públicos. Antônio Carlos foi presidente de Minas Gerais (1926-1930) e presidente da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Com a decretação do Estado Novo afastou-se da política, mas conservou grande prestígio. Ver *DHBB*, op. cit.

Norte, o *Baependi* foi torpedeado na costa da Bahia com mais cinco navios. Viemos em plena guerra. Éramos já oito filhos, o mais novo com alguns meses de nascido, e o pessoal dizia que era uma loucura viajar naquele período, com os navios sendo torpedeados na costa, mas meu pai tinha que vir.

Chegando ao Rio, nos hospedamos por um tempo num hotel na rua São Bento, perto da praça Mauá, e afinal pegamos o trem da Leopoldina para Itaocara. Lá fomos bem recebidos pelo dr. Carlos Moacyr Faria Souto, interventor municipal, um verdadeiro diplomata, cordato, prestativo e, como constatei, excelente administrador. Ele e a mulher, dona Edy, sempre tiveram um comportamento da maior generosidade e amizade com a nossa família. Quando chegamos estava tudo pronto, e fomos morar num casarão na rua São José, que meu pai alugara por intermédio do dr. Carlinhos.

O senhor estudou em Itaocara?

Fiz o primário na Escola Pública Frei Tomás. Depois o padre Ananias, pároco local, conseguiu a internação da minha irmã em Campos, no Colégio Nossa Senhora das Dores, e eu e os gêmeos fomos para o Colégio Anchieta, em Nova Friburgo. Fiquei lá cerca de três anos. Enquanto estava no Anchieta, meu pai, que nunca desgrudou da política, me mandava de Itaocara as revistas *Netuno* e *Em Guarda*. Todos os episódios do final da guerra, eu acompanhei por intermédio delas.

Por que o senhor saiu do Colégio Anchieta?

Pelo seguinte: nós fomos para lá para sermos padres, eu e meus dois irmãos, e na verdade não tínhamos nenhuma vocação. Mamãe queria um filho padre, mas ninguém fez a vontade dela. E chegou a um ponto que não dava mais. Fui muito leal com o padre Armando Cardoso: estava ocupando o lugar de quem tinha vocação e disse isso a ele. Disse até que queria ser oficial de Marinha, embora depois nunca tenha cogitado de seguir a carreira das armas. Padre Armando então me liberou. Papai ainda insistiu e me mandou para o colégio do padre Júlio Maria, em Manhumirim, Minas Gerais. Fiquei um ano lá mas perdi tempo, porque o colégio não era reconhecido. Afinal voltei para Itaocara e fui para

o Colégio Itaocarense, administrado pelo professor Nildo Nara, excelente criatura, como pessoa e como educador, e lá cursei até o terceiro ginásial.

Finda a guerra, na disputa entre o Brigadeiro, Dutra e Fiúza, meu pai entrou para a UDN. O interventor municipal em Itaocara, seu amigo, era designação de Amaral Peixoto, mas nem por isso, quando houve a reconstitucionalização, ele foi para o PSD. Não sei se tinha uma certa restrição a Getúlio, porque foi eleito deputado, mas em 37, com a supressão do Legislativo, teve o mandato extinto. Não tive oportunidade conversar sobre isso, mas tenho a impressão de que ele foi para a oposição porque tinha um certo quê pela oposição. Ele também tinha feito muita amizade com o dr. Péricles Corrêa da Rocha, um empresário de visão, dono do Engenho Central Laranjeiras, ligado à UDN. Em 1947 a UDN resolveu lançar o dr. Péricles candidato a prefeito, até porque era o único nome que poderia evitar uma possível derrota para o PSD. Quando isso aconteceu, o dr. Péricles disse a meu pai que não tinha como ser prefeito, porque tinha muitos afazeres no engenho. O Engenho Central, naquela época, era uma verdadeira cidade, com ruas urbanizadas, cinema, clube, escolas, linha férrea nos canaviais, hospital, casa para os operários etc. Além de álcool e açúcar, lá se fabricava uma série de outros produtos provenientes da cana e também do leite, como os famosos caramelos Busy. Depois acabaram com tudo. E além do Engenho Central, o dr. Péricles também tinha interesses em Bom Jardim, onde fornecia a iluminação particular e pública. Ele acrescentou que aceitaria a candidatura com uma condição: que meu pai fosse seu auxiliar, quase o prefeito de fato. Afinal ganhou a eleição, e meu pai passou a ser o seu *alter ego*. Não tinha cargo, além do de coletor federal, mas fazia as vezes do dr. Péricles, que só de vez em quando, no curso da semana, se deslocava de trole coberto, um pequeno vagão ferroviário, do Engenho Central para Itaocara.

Em 1948, meu pai começou a querer se transferir para mais perto do Rio. Continuava preocupado, porque nós, mais velhos, já tínhamos feito um périplo por vários colégios, havia os outros filhos, e ele sempre queria cuidar da nossa educação. Era amigo do dr. Simas Magalhães, que ocupava um cargo alto no Ministério da Fazenda, e quando vagou a coletoria de Nova Iguaçu, obteve a transferência. Veio com uma recomendação do dr. Péricles para o dr. Mário Guimarães,² que era o líder da UDN local: “É nosso correligionário etc.” Mas

² Bacharel em direito em 1930, Mário Guimarães tornou-se delegado da 7ª Região Policial do estado do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, onde logo daria início à atividade política. Eleito em

parece que ele não se ajustou ao Mário Guimarães, a química não funcionou. Havia também Getúlio Moura,³ muito envolvente, e ele acabou ingressando no PSD. Ainda assim, sempre manteve as melhores relações com o dr. Mário Guimarães.

Seus estudos prosseguiram em Nova Iguaçu?

Sim, mas antes disso também andei por Ouro Fino, Minas Gerais, onde freqüentei uma escola rural do Ministério da Agricultura. Em Nova Iguaçu concluí o curso científico no Colégio Leopoldo — Leopoldo Machado foi um dos mais significativos líderes nacionais do espiritismo kardecista. Nesse período, comecei a me interessar mais de perto pela política e me tornei editor do jornalzinho do colégio. Carlos Lacerda, na época, era uma epidemia. Uma coisa interessante é que, embora reconhecesse no Lacerda a inteligência, a oratória brilhante, envolvente, nunca tive nenhuma simpatia por ele. Tanto que uma vez, no colégio, pediram-me para ler um documento de apoio à campanha que ele estava fazendo contra a *Última Hora*, na verdade contra Getúlio Vargas, e me recusei. De alguma forma, na minha turma, não digo que tivesse liderança, mas era ouvido, consultado. No terceiro ano, por exemplo, me rebelei e me recusei a participar da parada. Cheguei a unir a turma, mas no final ficamos só uns poucos. Sempre achei que botar crianças na rua, desfilando sob o sol ardente, é uma judiação. Mais tarde, quando fui interventor em Nova Iguaçu, no 7 de setembro, chamei a secretária de Educação e determinei: “Vamos mudar esse sistema de comemorar a Independência. Nada de desfile escolar. Vamos fazer comemorações internas, chamar os pais dos alunos, programar atividades, explicar o sentido das coisas. Não quero esse negócio de criança ficar duas, três horas desfilando no sol.” Mas houve uma rebelião: os pais queriam a parada, e tive que voltar atrás...

1934 deputado estadual na legenda do Partido Popular Radical (PPR), exerceu o mandato até 1937, quando se iniciou a ditadura do Estado Novo. Com o fim do regime ditatorial em 1945, ingressou na União Democrática Nacional (UDN) e em 1947 elegeu-se mais uma vez deputado estadual. Obteve uma suplência na Câmara dos Deputados em 1954 e exerceu o mandato a partir de 1956; novamente suplente em 1958, exerceu o mandato por alguns meses em 1961. Ver *DHBB*, op. cit.

³ Getúlio Barbosa de Moura nasceu em Itaguaí (RJ), foi presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu de 1936 a 1937 e prefeito desse município em 1945. Na legenda do PSD, foi deputado federal de 1946 a 1959. Em 1958 foi derrotado por Roberto Silveira nas eleições para o governo do Estado do Rio. Em seguida, foi embaixador em Honduras, presidente da Rede Ferroviária Federal e secretário de Obras Públicas do governo Celso Peçanha, de 1961 a 1962. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 1963 a 1969 e em 1965 se filiou ao MDB. Ver *DHBB*, op. cit.

Simpatia pelo PCB e campanha para Getúlio Moura

O senhor se formou em direito no Rio, não?

Sim. Fiz vestibular para as faculdades Nacional e do Catete, passei para as duas e optei pela Nacional. Saí em 1961, o curso era de cinco anos, de modo que devo ter entrado em 1957. Havia duas correntes na política estudantil, a Ala, mais à direita, e a Reforma, mais à esquerda, e optei pela Reforma. Depois criaram o “PSDB” da época, o MUI, Movimento Universitário Independente; o pessoal até brincava dizendo que era o *muuuui...* Esse, quando eu saí, estava desmilingüido mesmo, não teve sobrevivência. Mas na época em que eu participei da Reforma, passei a ter uma certa aproximação com o pessoal do PCB.

O senhor já tinha algum contato com o Partido Comunista em Nova Iguaçu?

Tinha amigos no Partido. Em Nova Iguaçu havia o Bar Brasil e o Bar OK. O Bar Brasil era reduto da UDN, e o restante do pessoal freqüentava o OK. E ali era um centro de discussão política, pois ia gente de vários matizes, várias correntes. Nós rompíamos até duas, três horas da manhã, conversando. Ali conheci Antônio Estevão de Lima Sobrinho, que depois veio a ser vice-reitor da Uerj, Rômulo Perrone, Hildebrando, Elzo Ramalho, Byron e outros.

Mas já havia uma militância no Partido Comunista ou era só um contato geral?

Não. Era uma discussão teórica. Daquelas conversas se iniciou uma tentativa de criar a União Iguaçuana de Estudantes. Afinal, eu, Dorian Lemos Sotto Maior, Márcio Caulino e alguns outros criamos essa entidade. Mais tarde, com o golpe de 64, ela foi extinta.

O senhor tinha simpatia pelos amigos de seu pai, do PSD?

Eu me dava bem com todos eles, mas não estava ligado ao PSD, não fazia política pelo PSD. Fiz em 1958 por uma questão local, quando Getúlio Moura foi

candidato a governador. Na verdade, o PSD não queria Getúlio Moura como candidato, queria Amaral Peixoto. Mas o Amaral não queria largar a embaixada em Washington para vir disputar a eleição.⁴ Getúlio Moura entrou nessa brecha, forçou e acabou sendo indicado, contra a vontade do Barcelos Feio.⁵ Quando Getúlio foi lançado candidato, nós, universitários iguaçuanos, resolvemos fazer uma Frente Universitária Fluminense para apoiá-lo. Por outro lado, embora o Kiffer Neto não dissesse isso, a UFE, União Fluminense de Estudantes, apoiou Roberto Silveira.⁶ Sei disso porque o Ronald Mitre, que era meu amigo de Nova Iguaçu, fazia parte da diretoria da UFE e contava que o Kiffer dizia que não tinha nada a ver com a eleição, mas na verdade, se não acintosamente, pelo menos de forma velada, apoiou o Roberto. Tanto que o Kiffer, depois, foi deputado estadual, juntamente com o Michel Saad e o Cláudio Moacir, lideranças estudantis da época.

Não passou pela sua cabeça apoiar Roberto Silveira? Afinal ele era um candidato mais à esquerda e mais próximo do seu grupo de amigos...

⁴ No governo Juscelino Kubitschek, Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado embaixador do Brasil em Washington, função que exerceu de 1956 a 1959. Quando retornou ao Brasil, para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, declarou que retornava para organizar o PSD na sucessão presidencial que se aproximava. Ver *DHBB*, op. cit.

⁵ Agenor Barcelos Feio nasceu em 1896 e fez carreira militar no Rio Grande do Sul. Em 1942 transferiu-se para o Estado do Rio a convite do então interventor Amaral Peixoto, que o nomeou secretário de Segurança Pública em 1944. Ao ser criado o PSD em 1945, tornou-se secretário da seção fluminense do partido. Em 1947 foi eleito deputado estadual pelo PSD e em 1950 foi reeleito, mas não assumiu por ter sido mais uma vez nomeado por Amaral Peixoto, então governador, secretário de Segurança Pública. Em 1954 reelegeu-se deputado estadual e exerceu o mandato, de 1955 a 1959. De 1959 a 1964 foi diretor da Caixa Econômica Federal. Faleceu em 1969. Ver, *DHBB*, op. cit.

⁶ Roberto Teixeira da Silveira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (RJ) e ainda universitário iniciou a carreira de jornalista no jornal fluminense *Diário da Manhã*. Em 1946 foi nomeado oficial-de-gabinete do interventor federal no Estado do Rio, Lucio Meira. Na legenda do PTB, foi eleito deputado à Assembléia Constituinte do Estado do Rio em 1947. Reeleito deputado estadual em 1950, exerceu o mandato até ser nomeado, em 1951, secretário do Interior e Justiça do governo Amaral Peixoto. Em 1954, foi eleito vice-governador do estado com o apoio da coligação PSD-PTB, recebendo mais votos do que seu companheiro de chapa, eleito governador, Miguel Couto Filho. Nesse mesmo ano, tornou-se presidente do PTB fluminense. Em 1958, quando o governador Miguel Couto Filho se desincompatibilizou para se candidatar ao Senado, preferiu não assumir o governo para poder candidatar-se a governador. Confirmando seu grande prestígio junto ao eleitorado, venceu a eleição por uma larga margem de votos. Apesar da eleição do candidato pessedista Celso Peçanha para vice-governador, o pleito representou uma derrota para o PSD, até então dominante na política estadual. Empossado em 1º de fevereiro 1959, faleceu em 28 de fevereiro de 1961, em consequência de um acidente de helicóptero, sem completar o mandato. Ver *DHBB*, op. cit.

Como disse, fui levado a apoiar Getúlio Moura por uma questão local, pessoal, mesmo. Primeiro, relações de família. Segundo, ele era o candidato de Nova Iguaçu. Terceiro, a Baixada era sempre discriminada, porque na verdade todos os que assumiram o Ingá nunca lhe deram atenção. Depois de Getúlio Vargas e do próprio Amaral Peixoto, que acabaram com a malária na região e realizaram obras, nunca mais ninguém olhou para a Baixada. Getúlio Moura tinha um certo nome em Nova Iguaçu, Caxias, São João do Meriti, Nilópolis. Tenório Cavalcanti era seu correligionário, fazia política para ele.⁷

Como era Getúlio Moura?

Era uma pessoa afável, cordata e atenciosa. Excelente orador, embora com um defeito: não dizia “trinta anos”, dizia “trintanos” — cansei de notar isso a ele. Nasceu em Itaguaí, segundo me informaram, e depois radicou-se em Nova Iguaçu. Formou-se em direito e tornou-se brilhante advogado criminal. Tinha coragem e era homem de decisão. Uma ocasião, nos idos de 1930, foi feita uma intervenção em Nova Iguaçu e foi posto um interventor lá, passando por cima de todo mundo. Getúlio fez uma revolução e tomou a prefeitura na marra. Assumiu o poder, mas foi destituído em poucas horas. Isso aconteceu num 14 de fevereiro, e essa data era até o nome de uma praça em Nova Iguaçu, que depois passou a chamar-se praça da Liberdade. Em seguida a esse fato, Mário Guimarães veio do Rio para Nova Iguaçu como delegado e passou a fazer política. Estendeu sua liderança a outros municípios e depois tornou-se um prócer da UDN estadual.

Em 58, realmente, todos aqueles com quem eu conversava na área da esquerda ficaram com Roberto Silveira. Mas carreguei boa parte dos universitários iguaçuanos para a campanha de Getúlio Moura, e passamos a percorrer o Estado do Rio com uma caminhonete tipo lotação fornecida por uma transportadora, a Evanil, de propriedade de Carlos Marques Rolo e Sebastião Fernandes Gomes, para fazer

⁷ Tenório Cavalcanti, conhecido por sua capa preta, era em 1958 uma grande liderança popular na Baixada Fluminense. Nascido em Alagoas, emigrou para o Rio de Janeiro em 1926 e fixou-se em Duque de Caxias no ano seguinte. Como administrador de uma fazenda, notabilizou-se pelos seus métodos violentos para solucionar conflitos de terra. Engajando-se posteriormente na política local, envolveu-se em vários crimes que tiveram ampla divulgação. Apesar de ter recebido algumas vezes mandado de prisão, conseguiu *habeas-corpus* e nunca foi preso. Em 1958, elegeu-se pela terceira vez consecutiva deputado federal, na legenda da UDN, com a maior votação do estado (46.029 votos). Ver *DHBB*, op. cit.

comícios. Getúlio saía no carro do Walter Casemiro, empresário de Nilópolis, um Chevrolet 58, do ano; Abreu, que era uma pessoa excepcional, ia numa perua azul com um motorista, os alto-falantes reproduzindo a música do PSD — “PSD, nunca foi nem será vencido... Faça do voto a sua arma e o seu fuzil... Onde quer que existam problemas, desfraldando a bandeira da Pátria vai na frente o PSD” —, e nós íamos atrás. Era a “caravana do governador”... Às vezes saíamos sozinhos. Fizemos comícios sem a presença do candidato. Com isso, passei a conhecer os líderes amaralistas e seus redutos: Freire de Moraes em Santa Maria Madalena e Trajano de Moraes; Sávio Gama, em Volta Redonda; Manequinho, em Piraí; Dante Laginestra, em Nova Friburgo; Cicarino, em Itaguaí, e outros de que não me recordo. Em Barra do Piraí, conheci o Geraldo di Biasi, que se lançava a deputado estadual em substituição ao chefe político local, homem de muito prestígio, acho que pastor, Vicente Camerano. Em Piraí, chegamos a uma fazenda na margem da estrada que vai da Dutra a Barra do Piraí, e estava havendo um churrasco, com muita gente, várias lideranças políticas. Lá pelas tantas, no início da noite, perguntei: “E o comício?” Disseram: “Não tem comício, não.” A questão eleitoral já estava resolvida.

O candidato a vice do Getúlio era Celso Peçanha, natural de Campos, mas com origem política em Rio Bonito, onde foi prefeito, dono de grande prestígio popular.⁸ Celso foi uma tentativa de ligação política pelo interior, porque a candidatura do Getúlio saiu no vácuo. Na UDN, Mário Guimarães, Jorge Loretto e Paulo Araújo, os dois primeiros detentores de invejável cultura jurídica, além de políticos experimentados, conseguiram levar o partido a se aliar ao PTB, e assim, apesar da oposição de Carlos Lacerda, Raul Fernandes e Prado Kelly, formou-se a chapa Roberto Silveira para governador e Paulo Araújo para vice. Segundo soube, Mário Guimarães e Saramago Pinheiro foram os artífices dessa costura política. Mário Guimarães se lançou a senador, mas não teve êxito. Assim também Paulo Araújo. Naquela época o vice-governador era eleito no voto, e não carregado, e venceram Roberto e Celso Peçanha. Getúlio Moura perdeu para o Roberto inclusive em Nova Iguaçu. A *Última Hora*, comandada pelo Baby Bocaiúva, fez plantão diário contra ele, carga cerrada em toda a Baixada.

⁸ Celso Peçanha, advogado nascido em Campos (RJ), elegeu-se deputado federal na legenda do PTB em 1950, tendo sido o segundo candidato mais votado do partido. Em 1958 candidatou-se a vice-governador na chapa do PSD e, apesar da derrota de Getúlio Moura, elegeu-se com 299.679 votos. Ver *DHBB*, op. cit.

Qual a sua avaliação dessa derrota tão fragorosa de Getúlio Moura?

Eu e o Márcio Caulino o avisamos de que ele ia perder a eleição em Nova Iguaçu. Quando dissemos isso, ele brigou conosco. Não admitia perder a eleição na sua terra. A verdade é a seguinte: Roberto fez uma campanha popular, pé no chão. Apertava a mão dos eleitores — acho que foi ele quem inventou esse método; diziam até que tinha um acompanhante com uma máquina registrando cada aperto de mão. Fez uma campanha direta, com passeatas com archotes, plataforma nacionalista... E ele vinha de um trabalho de quatro anos, preparando o terreno. Eu, quando corri pela primeira vez a deputado estadual, cheguei a um canto próximo a Vila de Cava, em Nova Iguaçu, e o pessoal que me recebeu disse: “O senhor sabe qual foi o último político que passou por aqui? Roberto Silveira” — isso foi em 1974, e a eleição do Roberto tinha sido em 58. Por aí se vê que ele percorria os grotões. Por outro lado, as alianças partidárias, com a UDN, o PSP, fortaleceram a sua candidatura.

Parece que Amaral Peixoto também não deu um apoio expressivo a Getúlio Moura...

Segundo a minha avaliação, o que aconteceu foi que pelo menos durante um mês, um mês e meio, Getúlio ficou sem pai nem mãe fazendo campanha, com o apoio apenas formal das bases pessedistas. Nesse período a campanha foi fria, insossa. Faltava o elemento catalisador partidário que era Amaral Peixoto, que estava em Washington. Quando o Amaral largou a embaixada e veio correr ao Senado foi que a campanha começou a esquentar. Tenho para mim que os pessedistas alimentavam a vontade de que o Comandante viesse disputar o governo, e por isso não se jogaram por inteiro na campanha do Getúlio. Amaral era o Comandante, figura excepcional de liderança política, respeitado e acatado; Barcelos Feio era o seu homem de campo, que traduzia em ações o seu comando.

As campanhas dos anos 1960 e o golpe de 64

Durante o tempo de faculdade o senhor trabalhava?

Era bancário, trabalhava no Banco do Brasil, e tinha atividade sindical, no Sindicato dos Bancários. Depois que me formei passei a advogar. E devo dizer que fui bem-sucedido, o que me animou muito na carreira.

Chegou a fazer política estudantil?

Participava, desde em manifestações contra aumentos da passagem de bonde, até em questões políticas nacionais e eleições. De uma feita, interrompemos os bondes no Campo de Santana, veio a Polícia Especial, recuamos para a faculdade e sofremos três horas de bombardeio de gás lacrimogêneo. Ferreira de Sousa, professor de direito comercial, estava aplicando prova oral e chorava que dava pena... Ensopávamos os lenços de água, passávamos pelo rosto e assim resistíamos. Vieram até a faculdade, pela Policlínica, Pedro Calmon, que era o reitor da Universidade do Brasil, e Hermes Lima, nosso diretor. Descemos para negociar, e com a intervenção deles cessou o bombardeio.

Em 60, quando da eleição para governador da Guanabara, fiz a campanha do Sérgio Magalhães.⁹ O diretório tinha combinado que os candidatos Sérgio, Lacerda e Tenório — Tenório entrou para ajudar o Lacerda, a verdade é essa —, iriam expor suas plataformas para os alunos. Claro que o primeiro foi o Sérgio. Chegou à faculdade, com mais dois auxiliares, naquela simplicidade dele, e expôs o que pretendia no governo. Quando chegou a vez do Lacerda, saltei do bonde e vi que a faculdade estava tomada de cartazes de apoio a ele levados pelo pessoal da PUC — o interessante é que a PUC, depois de 64, converteu-se num pólo de oposição, mas até então era o contrário. Diante daquilo houve uma reunião, e decidimos: “O homem não fala.” E não falou mesmo. Cabeça de negro e tudo. Levaram-no para o anfiteatro, ele não conseguiu falar; levaram-no para o salão nobre, já com a presença do Afonso Arinos, mas não houve jeito. Bateram em retirada. Tenório nem chegou a ir lá.

⁹ Sérgio Magalhães elegeu-se pela primeira vez deputado federal em 1954, na legenda do PTB. Em 1955, tornou-se membro da Liga de Emancipação Nacional, organização nacionalista que tinha por objetivo lutar pelo desenvolvimento econômico do país. Em 1958 reelegeu-se deputado federal e em 1960 candidatou-se ao governo do estado da Guanabara com o apoio da coligação do PTB-PSB. Recebeu 333.901 votos, mas foi derrotado por Carlos Lacerda. Ver *DHBB*, op. cit.

Outro episódio também: havia na Central do Brasil um conjunto de barraquinhas voltadas para as eleições. Um dia, uma senhora dessas exaltadas começou a esbravejar contra o pessoal do Lacerda, e eles lhe jogaram um balde d'água, dizendo que era para esfriá-la, porque ela estava muito quente. O pau quebrou... O outro lado expulsou o pessoal do Lacerda e disse que eles não voltavam mais ali. Mas Amaral Neto resolveu voltar no dia seguinte com o seu “caminhão do povo”. Na faculdade, disseram: “Vamos lá, para não deixar ele falar.” Pensei: eu não. Vou lá brigar, apanhar? Eu tinha um colega que morava em Mesquita, muito forte, um armário, e disse a ele: “Você vai comigo, porque se sair briga, pelo menos a sua presença intimida.” Chegamos lá, e armou-se a confusão novamente.

O senhor participou da campanha de Badger Silveira¹⁰ em 1962?

Não. Sabiam que o Partido Comunista em 62 não apoiou o Badger, apoiou o Tenório? Não sei qual era a lógica. Eu, nessa época, ainda não era do Partido, era só simpatizante. Fui entrar para o Partido só em 63. Em 64 já tinha militância. Quando houve o Comício da Central,¹¹ em 13 de março de 1964, houve até uma reunião no Edifício Darke, em que o Luiz Viegas da Mota Lima explicou o que representava o comício, quais as implicações políticas. Seria uma definição diante da conciliação do Jango. Uma pergunta ficou no ar: “Vamos ter a repetição de 35 e 38?” Em 35 Vargas usou a direita para esmagar os comunistas, e em 38 derrotou os integralistas. A partir do instante em que se desenvolvessem as perspectivas de março, quem capitalizaria o processo? Claro que seria o Jango e o seu esquema. Uma resposta que foi dada foi que a história não se repetiria, uma vez que a

¹⁰ Badger Silveira ocupou vários cargos administrativos no governo de seu irmão, Roberto Silveira. Com a morte deste, em 1961, teve sua candidatura ao governo do estado lançada pelo PTB em aliança com o Partido Democrata Cristão (PDC). Venceu a eleição de 1962, derrotando Tenório Cavalcanti, candidato da coligação entre o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), e Miguel Couto, candidato da coligação entre o Partido Social Progressista (PSP), a UDN e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Aliado do presidente deposto João Goulart, em maio de 1964 teve seu *impeachment* aprovado pela Assembléia Legislativa e seus direitos políticos cassados por 10 anos. Ver *DHBB*, op. cit.

¹¹ O comício realizado em 13 de março de 1964 diante da estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, também conhecido como Comício das Reformas, congregou cerca de 150 mil pessoas, que ouviram o presidente João Goulart anunciar a decisão do governo de implementar as reformas de base. O episódio acelerou as articulações então em curso nas forças armadas, que levaram ao golpe de 31 de março seguinte. Ver *DHBB*, op. cit.

consciência política era maior e que a estrutura sindical era forte o bastante para não permitir que houvesse um retorno da história.

Mas a verdade é que as greves políticas que nós fizemos naquela época não foram lá essas coisas, o que não se encaixava nessa resposta. As greves econômicas sim, realmente conseguiram mobilizar. Cito como exemplo a primeira greve dos bancários, rompendo um longo período de desmobilização e apatia. Liderava o sindicato o Aluísio Palhano, bom orador, auxiliado por bons assessores. Numa dessas greves de bancários, aliás, Carlos Lacerda, acompanhado apenas de um assessor, Tannay de Faria, irrompeu pela praça Pio XI, na Candelária, rasgando cartazes e dizendo improperios, mas não houve reação: deixaram-no em paz e ele retirou-se como veio.

Tanto é verdade que às greves políticas que houve não foram grande coisa que, quando se deflagrou o processo de 64, o Pereirinha, na ausência do Oswaldo Pacheco, lá no Sindicato dos Marítimos, decretou uma greve geral. O que aconteceu? Não se tinha como mobilizar ninguém para a rua! Não havia transporte! Uma insensatez! Imobilizou-se a capacidade de reação, acabou-se com a possibilidade de trazer a massa às ruas para protestar, como se fez quando o Odílio Denys, o Grum Moss e o Sílvio Heck tentaram impedir a posse do Jango. Brizola levantou-se no Sul, mas se não tivesse uma ressonância aqui e nos demais estados, ficaria isolado lá.

É claro que em 64 o movimento contra o Jango foi muito bem articulado. O processo de gestação foi bem desenvolvido, os erros foram aproveitados. Por exemplo, como é que se tira um general como o Mourão Filho, que estava numa circunscrição militar no estado de São Paulo, e se dá a ele um comando de tropa em Juiz de Fora? Segundo, aquela nota do Castelo Branco:¹² se é um governo que quer se manter, tinha que mandar prender o Castelo na mesma hora! Chamava o Jair Dantas Ribeiro¹³ e mandava prender. Terceiro, Jair Dantas Ribeiro ficou

¹² Em 20 de março de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), expediu uma circular reservada aos oficiais de Estado-Maior onde criticava o Comício da Central, procurando demonstrar que se tratava de uma ameaça à ordem nacional, e afirmava ser dever das forças armadas garantir os poderes constitucionais que estariam sendo desrespeitados pelo CGT. Esse documento teve ampla repercussão e acabou favorecendo a aglutinação de diversos setores que já conspiravam contra Goulart. Ver *DHBB*, op. cit.

¹³ O general Jair Dantas Ribeiro era ministro da Guerra e esteve ao lado de João Goulart no Comício da Central. Pouco tempo depois foi hospitalizado e substituído por Armando de Moraes Âncora. Em 1º de abril, ainda chegou a propor ao presidente que extinguisse o CGT para que

doente, internou-se, e o dispositivo militar, Osvino Ferreira Alves, o “general de povo”,¹⁴ tudo se esfarinhou... O único que ainda tentou criar uma frente de resistência foi o Ladário Teles, lá no Rio Grande do Sul. Ele se dispôs, junto com o Brizola, a uma reação, mas Jango não aceitou. Preferiu o exílio.

Onde o senhor estava no momento do golpe?

Houve aquele confronto com os marinheiros,¹⁵ que precipitou os acontecimentos. No dia 31 de março, e eu estava indo de carro para Marechal Hermes e depois de Ricardo de Albuquerque observei que pela estrada havia um contingente de pessoas vindo a pé. Pensei: é alguma greve da Central. Como estavam consertando uma ponte em Deodoro, tive que fazer um desvio. Nesse momento vi carros de combate descendo, uma movimentação de tropas estranha. Fui para o sindicato, na porta encontrei o Roberto Martins e perguntei o que estava havendo. Ele disse: “Olha, é a revolução...” No dia seguinte, fui junto com outro colega fazer pichação, distribuir panfletos etc. Eu não conhecia tão bem o Rio e distribuí panfletos em frente ao Clube Naval! Isso, no dia 1º de abril! Eu nem sabia... A UNE tinha marcado um comício na Cinelândia na parte da tarde. Lá encontrei com o Bacelar Couto, meu amigo, conterrâneo, Olímpio de Melo e Aluísio Palhano — que até hoje está sumido — e perguntei: “Vai ter comício?”

pudesse garanti-lo na presidência, o que não foi aceito por Jango. Após o golpe foi transferido para a reserva, e Artur da Costa e Silva assumiu o Ministério da Guerra. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁴ O general Osvino Ferreira Alves participou em agosto de 1961 da campanha da legalidade, organizada por Leonel Brizola, para garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. No início do governo Goulart, assumiu o comando do I Exército, no Rio de Janeiro, e ficou conhecido por suas declarações sempre favoráveis ao governo. Em agosto de 1963 passou compulsoriamente para a reserva, o que enfraqueceu bastante a defesa do governo no interior do Exército. Continuou sendo o conselheiro de Goulart e em janeiro de 1964 foi nomeado presidente da Petrobrás. Após o golpe, chegou a ficar preso alguns dias e teve seus direitos políticos cassados por força do AI-1. Ver *DHBB*, op. cit.

¹⁵ Em 25 de março de 1964, contrariando ordens, marinheiros que se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. O presidente João Goulart proibiu a invasão do local, o que provocou o pedido de demissão ministro da Marinha. No dia 26, os marinheiros deixaram o Sindicato e foram presos, mas logo em seguida foram anistiados. No dia 28, o Clube Naval entrou em Assembléia permanente, tendo sido a primeira agremiação militar a se colocar ostensivamente contra o governo. Esses episódios teriam precipitado as articulações para o golpe, cuja a “gota d’água” teria sido o comparecimento de Goulart no dia 30 à festa dos sargentos da PM no Automóvel Clube. Em 31 de março teve início o movimento militar em Minas Gerais, com o deslocamento das tropas comandadas pelo general Mourão Filho. Ver *DHBB* op. cit, e Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, orgs., *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994).

Disseram: “Não.” Aí houve um incidente na Cinelândia: o pessoal do Clube Militar distribuiu um papelzinho mimeografado dizendo que as tropas do Kruel estavam descendo pela Dutra em direção ao Rio e que o Jango já tinha ido para Brasília — como se viu depois, estavam dizendo a verdade. Houve tumulto, e eles bateram em retirada para as dependências do Clube. Nesse instante chegaram as tropas do Exército — do Rec-Mec, Reconhecimento Mecanizado — e tomaram conta da avenida. Foram aplaudidas, na presunção de que estivessem contra o golpe. Era justamente o contrário. O que me chamou a atenção foi o comportamento de uma senhora de uns 60 anos, que aplaudia os militares com uma fotografia de Getúlio presa com um grampo no peito. Quando Getúlio morreu, *O Radical*, jornal do Danton Coelho, que tinha sido ministro do Trabalho, fez uma primeira página inteira com a fotografia dele. Dez anos depois a mulher na rua aparece com aquela página pregada no peito...

Depois, às cinco e pouco da tarde, fui para Copacabana e vi de longe a UNE ser incendiada. O que me causou decepção foi que, quando saí do túnel e entrei na Princesa Isabel, Copacabana estava em festa: passeatas, carros, todo mundo festejando. Eu tinha um DKW com um decalque de Praga, porque meu irmão estava estudando lá. O clima e os festejos me intimidaram a ponto de eu recear que meu carro fosse apedrejado. Parei e retirei o decalque...

O senhor chegou a ser preso depois do 31 de março?

Não. Na primeira noite dormi no apartamento de um amigo, Murilo Salgado, na rua Constante Ramos. Depois fiquei em Niterói 15 dias, malocado, para deixar a poeira assentar. Instalou-se um capitão em Nova Iguaçu, na Associação Comercial, e os “subversivos” mais ostensivos foram procurados. Esses sumiram. Eu não era assim tão declarado, embora em Nova Iguaçu todo mundo me conhecesse. Minha família não era da elite, não era rica, mas era conhecida e respeitada. Passei um período no limbo, e quando voltei para Nova Iguaçu perguntavam: “Ué, você não está preso, rapaz?”

Passei então a rearticular o Partido, do qual me tornaria secretário-geral em Nova Iguaçu. Havia o Jason e o Miguel, codinomes, ambos do comitê estadual. Nessa época conheci em Nova Friburgo o Alves de Brito, pessoa espetacular, excelente formação, e também o Apolônio de Carvalho, exemplo de espírito de luta

e clarividência política...¹⁶ Uma tarde, em Niterói, enquanto nos preparávamos para subir para Friburgo, ficamos perto de três horas conversando, ele a me narrar alguns episódios da sua vida sem nenhuma afetação. Em Nova Iguaçu, e até em Valença, onde o Elzo estava homiziado, passamos então a pichar “abaixo a ditadura” pelas paredes. Arranjamos para imprimir o jornal do comitê estadual numa gráfica em Mesquita gerenciada por uns espanhóis. A gráfica era uma base do Partido e, até para se preservar, o pessoal não tinha obrigação de participar de nenhuma ação externa de propaganda. Um belo dia, de manhã, a mulher de um deles me procura dizendo que os espanhóis estavam presos. Eles tinham resolvido, por conta própria, sair pichando “abaixo a ditadura”, mas, por infantilidade, começaram a pela rodoviária à onze e meia da noite. A polícia os prendeu e os levou para Niterói. Como o irmão de um deles era cliente de um advogado de renome, telefonei para esse advogado, que me perguntou qual a razão da prisão. Ante a minha resposta, disse: “Não advogo para subversivos!” Tive que ir a Niterói, e lá, por incrível que pareça, eles foram libertados.

Em que área o senhor atuava nessa época, em nome do PCB? Na área sindical?

Não. Os sindicatos estavam sob intervenção. Eu estava na área comunitária mesmo. Não tinha a ver com associação de moradores, porque esse sistema de associações, com o golpe, foi desmantelado em Nova Iguaçu. Talvez tenha sido Nova Iguaçu quem iniciou, antes de 64, o movimento de associação de moradores. O primeiro congresso de associações de moradores foi feito lá, em Comendador Soares. No conjunto Santa Alice, em Itaguaí, na fronteira de com Nova Iguaçu,

¹⁶ Apolônio de Carvalho, formado na Escola Militar do Realengo, ingressou em 1935 na Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo sido preso no ano seguinte. Na prisão fez contatos com lideranças comunistas e, ao ser libertado, passou a militar no PCB. Em 1937 alistou-se nas Brigadas Internacionais e foi lutar na Guerra Civil Espanhola. Durante a Segunda Guerra Mundial lutou ao lado da Resistência francesa. De volta ao Brasil em 1946, retornou à militância no PCB. Após o golpe militar de 1964, iniciou-se uma polêmica no PCB referente às táticas a serem utilizadas contra o regime ditatorial. Enquanto o comitê central defendia uma luta revolucionária pacífica, Apolônio de Carvalho era favorável à luta armada. Por defender tal posição, foi expulso do partido em dezembro de 1967, juntamente com Carlos Marighela, Jover Teles, Jacob Gorender, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira e Miguel Batista. Participou então da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), organização que também sofreu alguns rachas e, após a prisão e morte de seu secretário-geral Mário Alves, em 1969, ficou bastante enfraquecida. Deixou o PCBR em 1979 e no ano seguinte participou da fundação do PT, organização de que até hoje faz parte. Ver Depoimento de Apolônio de Carvalho in *Teoria & Debate* (www.fpabramo.org.br/anistia/depoimentos) e Jacob Gorender, *Combate nas trevas* (São Paulo, Ática, 1998).

próximo à Dutra, tinha sido feita até uma reforma agrária. O Bráulio Rodrigues, que era uma forte liderança rural — acho que não era militante do Partido, era apenas simpatizante —, pegou um barbante e marcou: “Daqui da estrada até o Guandu é seu”. Está lá até hoje, essa mini-reforma agrária. Veio o Exército, ocupou o conjunto Santa Alice, mas não desfez a partilha das terras. O Laerte Resende, que tempos depois se elegeu deputado federal, fez a mesma coisa em Xerém: uma reforma agrária que estava dando certo, produzindo. Uma coisa interessante era que ali o coletivo decidia tudo, até questões familiares. Dava a terra para o sujeito, mas depois ia controlar: “Não plantou? Rua! Bota outro no lugar.” E eles respeitavam. O marido brigava com a mulher, ia lá para o coletivo e resolvia-se o problema. Isso antes de 64. Aí veio o Exército, tomou conta, botou todo mundo para correr e acabou com o que fora feito. O Bráulio foi preso várias vezes, o Ismael Ramos ficou um longo período desaparecido, o Atanagildo, que acho que era tio do comediante Agildo Ribeiro, se refugiou em Mato Grosso... Depois o Atanagildo me contou que lá em Mato Grosso deram a ele um cargo de responsável pelos jardins da cidade, até que um dia alguém, num avião da FAB, olhou para baixo e viu que o jardim dele formava a foice e o martelo... Teve que fugir, voltou para o Rio e durante muito tempo morou num barraco, aliás bem construído, no prédio inacabado do Hospital Universitário da Ilha do Fundão...

Enfim, eu atuava, depois de 64, rearticulando o Partido, promovendo agitação e propaganda. Tive alguns avanços na área jurídica, embora não fosse penalista. Uma ocasião tive que soltar dois dirigentes da associação de moradores de Nova Era, o Luiz Zizi e o Tavares, que foram presos. Até achar o Bagueira Leal, que era delegado do Dops, demorou, só fui encontrá-lo no sábado de manhã. O Bagueira era uma pessoa cordata, nada atrabiliário e bastante compreensivo. Ouviu os presos e imediatamente mandou soltá-los. Depois, quando veio a repressão mais dura, em 68, não se tinha mais um Bagueira Leal para conversar. O que se tinha era um militar. Evidentes dificuldades. Embora na época eu não conhecesse o Modesto da Silveira, mandei alguns casos para ele, que era a referência que nós tínhamos.

A entrada no MDB e a eleição de 1974

Como foi sua aproximação com o MDB?

Primeiro, eu ainda estava naquela posição de defender o voto nulo, naquelas bobagens, como depois verifiquei. Mas o casuísmo revoltava. No Rio Grande do Sul, por exemplo, cassaram quase toda a bancada do MDB para o Perachi Barcelos¹⁷ ser eleito. Eram coisas que aconteciam e que nos faziam achar que votar era coonestar a ditadura. Mas, depois, começamos a entender que não era bem assim. Era preciso jogar o jogo deles mas procurar, numa perspectiva de médio ou longo prazo, reverter o quadro. O que acabou acontecendo, a verdade é essa.

Minha aproximação com o MDB, portanto, não foi no primeiro instante. Os antigos partidos foram extintos em 1965, e os novos teriam que ser criados por via congressual. Para o MDB ser constituído como partido, foi preciso o Castelo Branco pedir ao Rui Carneiro, senador pela Paraíba, para assinar, porque não havia número suficiente de assinaturas. A gente olhava o MDB, pelo menos a nossa turma, como filho bastardo da ditadura e não se sentia bem. Mas, a partir do instante em que fomos adquirindo mais maturidade, chegamos à compreensão de que era fundamental, até para melhor mobilizar a massa, ingressar no partido. Eu me filiei ao MDB na campanha para prefeito de Nova Iguaçu em 1970. Um pouco antes, em 69, por aí, eu entrei. E pouco depois me tornei secretário do MDB em Nova Iguaçu. Getúlio Moura era o presidente.

O senhor continuava vinculado ao PCB?

Fiquei um tempo e depois saí. Não houve briga nem nada, foi um afastamento normal. Eu não quis mais ficar na militância direta. Continuei a ter relações, mas sem a obrigação de ser militante.

Seu primeiro mandato de deputado estadual foi conquistado em 1974. Como foi essa eleição?

¹⁷ Perachi Barcelos, militar gaúcho, foi eleito governador pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1967 após ter exercido o cargo de ministro do Trabalho de 1965 a 1966, no governo Castelo Branco. Ver *DHBB*, op. cit.

Quando eu já estava como secretário do MDB, no início de 74, houve uma reunião na casa do Getúlio Moura, e ele me convidou para correr a deputado federal. Eu disse que não queria, porque estava com um escritório de advocacia funcionando bem, dando resultados satisfatórios. A bem da verdade, eu me realizava na profissão. Em Nova Iguaçu, certamente um dos três grandes escritórios era o nosso, meu e do hoje deputado José Távora — tanto que tudo o que eu tenho até hoje ganhei com a advocacia naquela época. Mas ele insistiu: “Então você corre a estadual” — porque aí eu não teria que ir para Brasília. Eu disse: “Não, eu gosto de fazer política, mas não quero mandato eletivo.” Fui para a Europa com minha mulher em fins de abril, levei lá 35 dias e, quando voltei, iniciou-se um movimento dentro do partido para me fazer candidato a deputado estadual. Eu não queria, mas houve um sábado em que eles foram ao meu escritório, tornaram a insistir comigo, e afinal aceitei.

No meio da semana, o Alves de Brito me procurou: “Ô, Amaral, está havendo um problema com a sua candidatura, não é por mim, não...” — ele era candidato do PCB em todo o estado, mas as bases de Nova Iguaçu, com a minha candidatura, passaram a me apoiar. Eu disse: “Está bom, não sou mais candidato, não quero saber mais disso.” Não queria mesmo. Mas encontrei depois com o José Maurício Linhares Barreto no escritório do Jorge Gama, e o José Maurício, que era procurador do MDB estadual, disse: “O que é isso, rapaz? Não tem nada disso não, você tem que ser candidato!” Na sexta-feira, o Alves de Brito voltou e disse: “Está tudo resolvido, não tem problema, você vai correr.” Acabei indo para a convenção e saindo candidato a deputado estadual. Getúlio mandou me chamar: “Olha aqui, em março eu o convidei para correr a federal e a estadual, e você não aceitou. Agora resolve correr? Todo o meu pessoal que eu poderia transferir para você já está agregado a outros candidatos. O único que não está é o Byron de Almeida” — o que tinha sido candidato a prefeito em 70, a quem ajudei na campanha. “Ele é o único que gosta de você e que vai apoiá-lo. É bom você conversar com ele.”

O primeiro dia de campanha foi num domingo. Fui à feira em Austin e encontrei o Abidan, um major reformado do Exército que era do MDB. Boa criatura. Eu disse que era candidato e pedi que ele me apresentasse aos feirantes. Respondeu o Abidan: “Não vou apresentar você, porque comunista eu não sou!” Eu disse: “Ô, rapaz, não precisa dizer que vai votar em mim, não. E só dizer: ‘Esse aqui é o Amaral, do MDB.’ Depois de me apresentar a alguns, você pode ir

embora.” Meio ressabiado, ele me apresentou a alguns feirantes. Chegando a uma outra barraca, estava havendo uma discussão política. Um cabo eleitoral que era do MDB estava apoiando e pedindo voto para um candidato da Arena, Jorge de Lima, que já era deputado. Entrei na discussão também. No fim da história, o feirante chamou o filho e disse: “Doutor, vou lhe apresentar o pessoal.” E saiu me apresentando.

Nós estávamos a praticamente 90 dias, três meses e meio da eleição, havia um grupo entusiasmado que me levou a ser candidato, mas não havia uma articulação de campanha, e não havia dinheiro. Nós nos organizamos, e resolvi fazer o seguinte: ia aos bairros e detectava quem era liderança, pela idade, pela vivência no bairro, ou pelas qualidades próprias da pessoa, mas sempre alguém que não tivesse comprometimento político-eleitoral anterior. Saía daquela história desgastada de cabo eleitoral e buscava mais a credibilidade dessas pessoas. Fazia uma visita, me apresentava a quem não me conhecia, explicava, falava na necessidade de um posicionamento eleitoral participativo, e assim adotei esse sistema. De outro lado, fazia comício em qualquer quitanda, botequim, dentro de ônibus: batia palmas, pedia atenção e deitava a falar. Fala sucinta e a mais explicativa possível. Lançamos prospectos nas estações de trem, rodoviárias, arranjei uma kombi emprestada... Na sexta-feira à noite o Manoel de Sousa Teixeira, marinheiro reformado, instalava os alto-falantes, trabalhava com a kombi sábado e domingo, e domingo à noite retirava os aparelhos para que o dono pudesse utilizá-la durante a semana. Fizemos uma campanha dura mesmo, batendo em cima do regime. Veio a eleição, e fui eleito por Nova Iguaçu com perto de 19 mil votos.

A fusão e a disputa entre chaguistas e amaralistas

Ainda antes da eleição de 1974 já tinha sido promulgada a lei da fusão entre os estados do Rio e da Guanabara, o que significou que os deputados estaduais cariocas e fluminenses eleitos naquele ano seriam reunidos numa única Assembléia, encarregada de preparar a Constituição do novo estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, iniciou-se a discussão sobre a fusão do MDB carioca com o MDB fluminense. O senhor estava a par dessa discussão?

Até a eleição, até porque ninguém sabia quem ia ser eleito, essa questão da fusão não estava sendo muito discutida nas seções estaduais do partido. O meu problema, o nosso de maneira geral, era ganhar a eleição. O MDB elegeu, no Estado do Rio, 27 deputados, e na Guanabara 36. Eram 94 deputados constituintes, e o MDB elegeu sessenta e poucos. Já eleito, fui ao diretório regional, em Niterói, conversar com o Sílvio Resende, que era o secretário geral. Atendendo um telefonema, ele disse que eu estava presente e me passou o telefone. Era o Cláudio Moacir,¹⁸ que me pediu que fosse à Assembléia para conversarmos. Conheci o Cláudio, sem muita conversa, um pouco distante, quando ele era universitário, na época do Roberto Silveira. Em seu gabinete na Assembléia estavam o José Maria Duarte e a Sandra Salim. Foram feitas as apresentações etc., e já senti que a conversa entre eles girava, entre outras coisas, em torno da mesa diretora. Dizia o José Maria que “a presidência tem que ser da Guanabara, porque tem maior número de funcionários”... A Assembléia do Estado do Rio tinha quatrocentos e poucos, menos de quinhentos funcionários, e a da Guanabara tinha cerca de 1.500, quase que o triplo. Senti essa conversa, mas estava chegando e não entrei nesse assunto.

É claro que logo começaram a surgir as articulações tendo em vista a fusão partidária. Houve uma reunião da bancada dos 27 eleitos pelo Estado do Rio, e começou a discussão sobre as comissões, uma das quais deveria tratar da mesa diretora com os deputados eleitos da Guanabara. Pedi a palavra e disse: “Acho que essa questão fica um pouco distorcida na medida em que, nessas comissões que nós queremos constituir, não vamos dialogar de igual para igual. Por quê? Porque o nosso interlocutor será o governador Chagas Freitas”. Eu defendia a tese de que primeiro a bancada da Guanabara deveria formar a sua comissão, integrada por deputados estaduais. Sei que armei uma discussão, e fui vencido na votação, acompanhado de um só voto, o do Alves de Brito. Mas acabou-se confirmando o que eu dizia. Para dialogar conosco, o governador Chagas Freitas constituiu uma comissão formada por Danton Jobim, Flávio Pareto, Erasmo Martins Pedro, Miro

¹⁸ Cláudio Moacir foi prefeito de Macaé (RJ) de 1967 a 1970, quando se elegeu deputado estadual na legenda do MDB. Reeleito em 1974, foi escolhido líder da bancada do MDB na Assembléia Constituinte do estado, integrando-se ao grupo chaguista. Em 1978, foi mais uma vez eleito deputado estadual pelo MDB. Ver Luís Eduardo Rezende, *O pensamento político dos constituintes estaduais de 1975* (Rio de Janeiro, Alerj, 1992) e Marieta de Moraes Ferreira, “A fusão: chaguismo x amaralismo”, in Carlos Eduardo Sarmiento (org.), *Chagas Freitas - perfil político* (Rio de Janeiro, FGV/ Alerj, 1999).

Teixeira e o filho do ministro Carlos Medeiros, Marcelo Medeiros. Eram cinco: um senador, um suplente de senador, que era o Pareto, e três deputados federais. Nenhum deputado estadual! Procurei trazer a questão para ser discutida com a direção do partido, e quase apanhei — no sentido figurado, é claro — do Fernando Leandro e do Waldir Costa, que diziam que a matéria era assunto da bancada. Nova votação e nova derrota, embora com o acréscimo de um voto, do Rubem Tinoco Ferraz. Na verdade, eu pretendia protelar as definições, ganhar tempo. Do outro lado, eles queriam definir tudo logo, pois já se delineava a nomeação de Amaral Peixoto como interventor em ambos os diretórios, o que posteriormente veio a acontecer.

Agora, a verdade é que se nós, do Estado do Rio, tivéssemos fechado com a dissidência da Guanabara, teríamos ficado com as cartas políticas nas mãos. Quem é que nós tínhamos lá? Silbert Sobrinho, Salomão Filho, Nestor Nascimento, Edson Khair, Délio dos Santos, Flores da Cunha, Mário Saladini... Perto de oito. O Silbert alimentava o projeto de ser presidente da Assembléia, e talvez, se nós nos convertêssemos em maioria e fôssemos escolher um da Guanabara, fosse ele o escolhido. Mas o que aconteceu foi que, do nosso lado, do Estado do Rio, Cláudio Moacir, Gilberto Rodriguez, Márcio Macedo, Amadeu Chacar Fernando Leandro e Sílvio Lessa cindiram, aliando-se a Chagas Freitas.

O senhor chegou a participar de alguma dessas comissões criadas quando da instalação da Assembléia Constituinte?

Sim, Fui escolhido, juntamente com Jaime Campos, Alves de Brito, Hilza Maurício da Fonseca e Paulo Duque para compor a comissão encarregada de redigir o Regimento Interno da Assembléia Constituinte, o que fizemos, após várias reuniões.

O embate entre chaguistas e amaralistas se intensificou a partir da primeira convenção do MDB do novo estado do Rio de Janeiro em agosto de 1975. O senhor certamente acompanhou esse processo.

Sim. A briga começou a se delinear, na verdade, quando da nomeação das comissões provisórias municipais. Amaral era o presidente da comissão executiva

provisória, e Nelson Carneiro era o secretário-geral. Competia ao Amaral designar as comissões municipais. Em Nova Iguaçu, ele nomeou presidente da comissão o deputado Osvaldo Lima, que tinha sido eleito com uma votação muito boa, de cerca de 80 mil votos. Nelson entregou-lhe a lista com os nomes, e Amaral assinou. Getúlio Moura não foi ouvido e, como não gostava do Osvaldo Lima, ficou abespinhado. Fui com ele ao Amaral, e embora a conversa dos dois tenha sido educadamente conduzida, a partir dali, mesmo não declaradamente, rompeu-se uma aliança política de mais de 30 anos. Getúlio, como bom político, aguardou a hora de dar a resposta, e esta, mais tarde, foi se aliar ao grupo do Chagas.

Na primeira convenção a briga surgiu quando, em determinado instante, já havendo quórum, se exigiu a comprovação de quitação partidária. O Jaime Campos, tesoureiro da comissão provisória regional, tinha quitado as contribuições de todos os convencionais ligados ao Amaral Peixoto. Com a briga, Amaral tirou a urna do plenário, no oitavo andar do Edifício Piauí, na avenida Almirante Barroso, e a levou para o seu gabinete. Colocou-a na mesa à sua frente, e houve uma vigília, das 11:00h até as 17:00h, quando a urna foi aberta e os votos foram contados. Durante a vigília o gabinete ficou tomado, todos olhando a urna. Essa primeira convenção foi anulada, e veio afinal o momento da segunda convenção, realizada no prédio onde é hoje a Casa França-Brasil e na época funcionava um tribunal, presidido pelo juiz, atual desembargador, Martinho de Campos, que estava presente. Até mais ou menos umas quatro horas da tarde nós estávamos vencendo, estávamos bem. Mas o pessoal do Chagas, na última hora, foi buscar gente até na praia... Quando deu cinco horas, o Martinho disse: “Está encerrada a votação.” Aí, não sei quem, do nosso lado, disse: “Não, vamos dar senha...” Resultado: perdemos por 18 votos e ficamos em minoria no diretório.¹⁹

Cinco dias depois, haveria uma reunião do diretório para eleger a comissão executiva. Começou-se então a articulação para superar a derrota na convenção. O José Maurício veio para o nosso lado, indicado para a secretaria geral. Encontrei na rua São José com o Juvêncio Santana, da região de Volta Redonda —

¹⁹ A primeira convenção do MDB, realizada em agosto de 1975, deu o controle do partido aos amaralistas. No entanto, a estratégia utilizada por estes últimos, de não permitir que os filiados que não estivessem em dia com as contribuições ao partido votassem, fez com que dos 856 filiados apenas 181 depositassem seu voto, o que levou à anulação da própria convenção. Na segunda convenção, realizada no dia 18 de janeiro de 1976, os chaguistas obtiveram 433 votos, e os amaralistas 415. Isso significou que o diretório estadual do partido ficou composto por 23 chaguistas e 22 amaralistas. Idem, ibidem, p. 178-9.

posteriormente foi assassinado —, e combinei com ele de ir a Volta Redonda no dia seguinte para conversarmos melhor. Fomos, eu e o Osvaldo Lima, conversamos, oferecemos a ele a vice-presidência do MDB, e ele pediu que o Comandante fosse lá para dar finalização à conversa. Voltamos e fomos falar com o Amaral, que disse: “Vamos combinar o seguinte. Às seis horas da tarde você me aguarda no cartório do Hermes Cunha” — era o tabelião do 5º Ofício de Nova Iguaçu, muito amigo dele —, “eu passo para o seu carro, e vamos a Volta Redonda.” Realmente, às 18:00h ele chegou e fomos, eu e Osvaldo Lima atrás, e ele na frente junto com o motorista. A reunião com o pessoal do Juvêncio terminou às três da manhã, e ficou tudo ajustado. O interessante foi que na volta, eu e o Osvaldo viemos dormindo, cansados, e o motorista depois comentou: “Deputado, o senhor e o deputado Osvaldo Lima vieram dormindo, mas o Comandante estava aceso aqui do lado!” Apesar de ter ficado tudo acertado, depois o Juvêncio roeu a corda.

Fizemos também uma tentativa, Osvaldo Lima e eu, junto ao deputado Abdon Gonçalves, médico muito querido em São João do Meriti. Acordamos o Abdon às sete da manhã, tomamos café com ele e a esposa e saímos de lá às 11:00h com o voto dele. Na véspera da reunião o Abdon foi dormir no apartamento do Osvaldo Lima, que de madrugada se surpreendeu ao não encontrá-lo mais: tinha ido embora e deixado um bilhete dizendo que voltara para casa. No dia seguinte, compareceu à reunião escoltado pelo deputado Fernando Leandro e o Etevaldo, seu cabo eleitoral em São João do Meriti. Votou junto com o Fernando Leandro e ambos imediatamente foram embora.

Outra tentativa, essa de composição, foi o convite que fiz a Getúlio Moura, autorizado pelo Amaral, para ele ser o presidente do partido. Getúlio respondeu que iria conversar com o Chagas e aceitaria se este concordasse, o que aconteceu. Mas desencontros e a precipitação de outros fatos impediram que isso tivesse seqüência.

No dia da reunião do diretório, nós, componentes da corrente amaralista, nos reunimos às 10 da manhã no Itamarati. A reunião acabou de repente, meio atabalhoada, e me lembro que o deputado Lysaneas Maciel, ao meu lado, comentou: “E se a votação terminar empatada?” Lysaneas e Edson Khair, principalmente, eram presenças constantes nas páginas de *O Dia*, sob o epíteto de “vermelhos”, “comunistas” etc. Afinal, na hora da votação, deu empate, realmente.

Se se procedesse a nova votação para desempatar, nós ganharíamos, pois já não se encontravam presentes o Fernando Leandro e o Abdon Gonçalves. Mas foi marcada outra reunião, na Câmara Municipal, e aí os chaguistas venceram.²⁰

Que força tinha Chagas Freitas para trazer tantas pessoas, mesmo no Estado do Rio, para o seu lado? Era o jornal O Dia?

Era o jornal, mas era ele também. Acho que Chagas era um excelente político. Sabia articular bem, inegavelmente. Tinha liderança, senão, não chegava onde chegou. Era respeitado e, ao que me parece, temido pelos seus correligionários, que lhe faziam as devidas reverências.

Apesar de tantos conflitos, chaguistas e amaralistas resolveram disputar unidos as eleições municipais de 1976. Como foi o lançamento da sua candidatura à prefeitura de Nova Iguaçu nesse momento?

Não me parece que tenha havido tal união. A disputa interna marcou as eleições de 1976. Os partidos podiam adotar sublegendas. Em Nova Iguaçu, os chaguistas resolveram lançar a candidatura da Sandra Salim. Para isso, ela e o Átila Nunes fizeram filiações em massa nas ruas, conseguiram perto de duas mil. Mas essas filiações foram impugnadas, dentro do figurino legal, e com isso eles não conseguiram colocar um só filiado no diretório. Tentaram então ganhar pelos convencionais. Começaram a investir nos delegados dos diretórios distritais, mas, constatada a manobra, os diretórios se autodissolveram e conseqüentemente extinguíram os seus delegados. Apesar disso, na convenção municipal, a Sandra foi a quarta na votação. Inconformada com o resultado, tentou em altos brados arrancar da mesa o livro de atas, mas foi impedida. A convenção foi suspensa até ser restaurada a ordem.

Saí candidato por uma sublegenda. Comecei a campanha por Japeri, Engenheiro Pedreira e Queimados — Nova Iguaçu era então muito maior do que é

²⁰ A reunião do diretório para a escolha da executiva estadual do MDB ocorreu no dia 22 de janeiro de 1976. As duas chapas apresentadas empataram, cada uma com 22 votos, e a questão foi encaminhada ao TRE. Após uma disputa judicial, finalmente o grupo chaguista conseguiu a vitória em nova reunião realizada em fevereiro, da qual, percebendo a derrota, Amaral se retirou juntamente com seus aliados. Os chaguistas obtiveram 24 votos. Idem, ibidem, p. 181.

hoje; depois perdeu Belford Roxo, Queimados, Japeri e, agora, Mesquita. Sentia-me animado pela receptividade nas ruas, mas aí, o que aconteceu? Quando comecei a campanha em Mesquita, fui impugnado, sob a alegação de que era subversivo, ex-secretário-geral do PCB, não estava interessado em ganhar a eleição, e sim em jogar a população contra as autoridades constituídas, e para isso estava fazendo uma ampla campanha de disseminação de manifestos nas feiras, nas escolas, nas estações de trem. Essa panfletagem era verdade mesmo. Fiz uma campanha juntando a questão municipal à questão nacional.

O senhor teve apoio do Partido Comunista?

Tive. Na verdade eu nunca cortei os laços, nunca houve um rompimento. Fui diminuindo a militância, mas mantivemos os laços de afetuosidade e camaradagem. Isso nunca deixou de existir. Mas naquele momento eu me defendi dizendo que a minha pregação se situava nos marcos do programa do MDB. Afinal de contas, se era subversão, subversivo era o partido, e subversivo fora o TSE, que registrara o programa. E subversivo era o próprio estado, que, pelo fundo partidário, financiava um partido subversivo.

Houve pressão do major Carneiro, que foi o sucessor do Zamith na Vila Militar, sobre os juízes, para me impugnar. Esse major Carneiro era ligado ao Serviço de Informações.²¹ Recebi dele, através de companheiros de partido, aos quais exibiu um suposto dossiê, a recomendação de que deveria renunciar à candidatura, e em troca teria preservado o meu mandato de deputado. Respondi: “Tenho certeza de que esse major Carneiro não votou em mim. Portanto, não tem autoridade para me exigir nem a renúncia, nem o mandato. Renunciar é coisa que não faço, não é do meu vocabulário. Se quiserem, que me cassem.” Na campanha, eu tinha duas kombis emprestadas por amigos que vez por outra eram revistadas, num processo de intimidação. Somente em 5 de novembro, 10 dias antes da eleição, fui liberado pelo TSE. A minha sublegenda, nº 2, foi a segunda dentro do partido. Foi eleito o candidato da Arena, Rui Queiroz.

²¹ Os maiores José Ribamar Zanith e Gomes Carneiro constam da lista de torturadores do movimento Tortura Nunca Mais. Ver www.torturanuncamais.org.br

Na Assembléia Legislativa

O grupo de deputados estaduais de oposição ao chaguismo, fossem eles fluminenses ou cariocas, correspondia no estado do Rio de Janeiro ao grupo autêntico do MDB?

No plano estadual, não era questão de ser mais ou menos autêntico. Era que nós achávamos que o Chagas era um colaborador, aliado da ditadura. Hoje talvez eu reexaminasse essa posição. Acho que quando ficamos mais velhos, nos tornamos menos radicais. A Guanabara, antes do Faria Lima, e o estado do Rio de Janeiro, logo depois, foram os únicos estados depois do AI-2 em que a oposição tinha poder, ainda que o governador fosse o Chagas. A nossa posição, talvez, fosse não permitir que o Chagas conciliasse com o regime. A dele era abrir espaços.

Com quem o senhor se identificava mais na Assembléia? A atuação de seu grupo chegou a resultados concretos?

Na Assembléia, nos identificávamos Edson Khair, Délio dos Santos, Alves de Brito, Flores da Cunha e eu. A minha impressão naquela época era de uma certa inocuidade do Poder Legislativo. A limitação era muito forte. Apesar disso, refletíamos a luta geral. Uma ocasião, por exemplo, em comum acordo com o Khair, o meu gabinete acolheu o comando de greve dos bancários. De outra feita, Délio dos Santos, Flores da Cunha, Alves de Brito, eu e o Khair abrimos a Assembléia para acolher as denúncias dos estudantes que para lá se dirigiram de diversos pontos da cidade, mesmo estando a Assembléia cercada de policiais militares. Em outra oportunidade, a Elza Laranjeira, do PC do B, me pediu para denunciar a história do Araguaia²² e fiz a denúncia. Outros não quiseram fazer. Depois ela me forneceu os nomes dos mortos. Procurávamos refletir a luta lá fora.

O senhor recebia denúncias de tortura?

²² Em 1970, cerca de 70 militantes do PC do B, seguindo a ideologia maoísta de que a revolução se faria a partir do campo, dirigiram-se para o leste do Pará e se instalaram em uma região chamada Bico do Papagaio, banhada pelo rio Araguaia. O Exército descobriu o foco guerrilheiro em 1972, mas só em 1975, depois de transformar a área em zona de segurança nacional, a repressão conseguiu liquidar ou prender todos os militantes. Ver *DHBB*, op. cit.

Não, embora a tortura fosse notória. Na época eu já não era ligado diretamente a nenhuma organização de esquerda, e creio que por isso não me encaminhavam denúncias concretas. Tinham outros interlocutores. Nós nos preocupávamos com os presos políticos. Conseguimos com o Laudo de Camargo, uma comissão composta por Cláudio Moacir, Edson Khair, Délio dos Santos, Alves de Brito, Flores da Cunha e eu, a remoção dos presos políticos da Ilha Grande para a Frei Caneca, para um espaço próprio, a eles destinado. Várias vezes, sozinho ou acompanhado de colegas, visitei o Talavera Bruce, onde se encontravam presas políticas, entre elas a Rosalice Fernandes.

O senhor se via como um autêntico do MDB? O que marcava essa denominação, na sua visão?

A autenticidade, a meu ver, era o compromisso que se tinha com a restauração democrática, com o combate ao autoritarismo. O MDB espelhava essa posição no programa “Esperança e mudança”. Era o compromisso de não conciliar com a ditadura, de se opor às ofensas aos direitos da cidadania. Era isso que eu entendia por autêntico. Quando havia convenções do MDB em Brasília, nas vésperas, faziam-se reuniões preliminares. Participei de algumas delas, junto com o Khair, nos apartamentos dos deputados João Gilberto, Jarbas Vasconcelos e Chico Pinto. Eu não tinha lá essa projeção, ainda mais em âmbito nacional, mas me alinhava, como mero combatente. Nunca me intitulei autêntico porque a nomenclatura, para mim, era uma questão formal.

Como o senhor caracterizaria seu primeiro mandato de deputado estadual, de 1975 a 1979? Defendeu teses nacionais ou expressou demandas da Baixada?

A minha atuação na Assembléia se conjugava à atuação nos movimentos comunitários. Isso era uma coisa antiga, tanto que já em 1965, em Boa Esperança, em Nova Iguaçu, nós tínhamos criado uma associação de moradores. Na década de 70, foi justamente na associação de moradores de Boa Esperança que conheci o Antônio Ivo, a Lúcia Souto e o José Noronha, dos quais me tornei amigo e aliado. Eram todos médicos e realizavam trabalhos para a Mitra Diocesana em Cabuçu.

Fui advogado da Mitra muito tempo. A Mitra, por intermédio de dom Adriano Hipólito, fazia um importante trabalho de incentivar a participação da comunidade. Para dom Adriano, o importante era a participação. Uma ocasião, diante da negativa de um padre, ele permitiu uma reunião da Arena nas dependências de uma igreja. O importante, para ele, era que o povo tivesse consciência da sua cidadania, dos seus direitos, da sua realização como ser à imagem de Cristo, que cada um se encontrasse encontrando-se com os seus semelhantes. Não a atuação isolada, mas a integração ao conjunto, às demais pessoas da comunidade, na luta por melhores condições de vida. Não se tratava de uma comunidade eclesial de base, mas de movimentos mais amplos, voltados para a luta concreta da comunidade. O Ivo, a Lúcia, o Noronha e a Aninha tinham um trabalho que deu início ao movimento dos “amigos de bairros”. As preocupações eram saneamento, saúde, educação. Tudo aquilo que constitui o dia-a-dia da pessoa, os problemas do bairro, da vida comunitária. A politização decorre da compreensão, primeiro, de questões concretas.

Mais tarde, já no fim do meu primeiro mandato, enfrentamos a luta contra os despejos do BNH. Fomos nós que a iniciamos. Em maio de 1978, uma dessas financeiras, acho que o Unibanco, fez o despejo de quase 80 famílias no bairro Esplanada. O deputado Florim Coutinho mandou um advogado dar assistência aos despejados, a coisa não andou, e eles me procuraram. Eu disse que não podia fazer nada, a não ser denunciar o fato. Fiz a denúncia aqui, e assim também Jorge Gama, em Brasília. Isso nos despertou para a questão dos conjuntos do BNH, principalmente depois da eleição de 78, pois ante o alarde do despejo, sendo ano eleitoral, houve uma pausa.

O senhor foi reeleito em 1978.

Fui. Tive, acho, 25 mil votos. Após a eleição, tendo já antes verificado a existência de cerca de três mil despejos preparados em Nova Iguaçu, fiz uma reunião no bairro Monte Líbano e disse: “Está acontecendo isso, e a única saída é a gente se organizar para lutar contra. Senão, vai acontecer.” Chamei o Bráulio Rodrigues, e num domingo fomos para o conjunto Manoel João Gonçalves. De casa em casa, conversando, fomos avisando do problema, insistindo na necessidade de união. Mas quando chegou às duas ou três horas da tarde, eu disse: “Bráulio,

esse pessoal não quer nada. Eles que se danem!” Ele retrucou: “Amaral, espera aí, não é assim! Vamos fazer o seguinte: vamos arranjar um local para fazer uma reunião, você faz a convocação, assina, e eu distribuo.” Conseguimos o local e marcamos duas reuniões: seriam num sábado, uma às cinco da tarde, para o conjunto Manoel Gonçalves, e outra às oito, para o conjunto Nova Califórnia. Fui, crente que não ia encontrar ninguém, porque quando conversei com eles senti desinteresse, mas quando cheguei à igreja de Santa Rita estavam lá 80 pessoas. Aí a coisa reanimou. Conversei com dom Adriano, mostrei-lhe o problema e sugeri: “O senhor chama a imprensa e faz uma visita aos locais onde houve despejo.” Isso foi feito, e ele assumiu essa luta também.

Começamos então a organizar os conjuntos. Como poderíamos resolver o problema junto ao BNH? Porque o BNH, na verdade, estava ali numa relação mediada, não imediata. A relação imediata era com as financeiras, o BNH estava atrás delas. Quase 90% desses conjuntos habitacionais estavam tomados por ocupações, a grande maioria por compras de chaves. Os mutuários vendiam as chaves, espantados pela correção monetária, e as financeiras não recebiam nada. Eram os chamados créditos sinistrados. Resolvemos criar projetos comunitários para cada um desses conjuntos, através das comissões que constituímos e que depois se converteram em associações. Protocolamos as petições na sede regional do BNH, na avenida Presidente Wilson, e com isso o BNH passou a ter uma relação direta com os ocupantes. A luta foi crescendo. Quando um oficial de justiça aparecia nos conjuntos, os moradores se agrupavam. Em dois deles havia até sirenes.

Uma outra luta veio se acoplar à do BNH. Geisel, através do Ministério dos Transportes, e ao que se dizia com recursos que obteve em sua estada no Japão, desapropriou 44 milhões de metros quadrados para construir um centro de tecnologia ferroviária em Nova Iguaçu, como Furnas construiu em Adrianópolis. Marcamos uma entrevista com o ministro Mário Andreazza em Brasília para tratar do problema do BNH, eu, Jorge Gama, dom Adriano, Bráulio e Paulo Amaral. Diga-se que, além de ministro do Interior, Andreazza era também presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Na ante-sala, enquanto esperava, li o discurso dele na Escola Superior de Guerra relativo ao desenvolvimento urbano, em que ele dizia que era preciso fazer a descompressão das cidades de grande porte e desenvolver as de porte inferior — mais ou menos isso. Andreazza

nos atendeu muito bem, risonho, bastante cordato e atencioso. Já nas despedidas, atalhei: “Ministro, tem um outro problema que quero colocar.” Falei do tal projeto de desapropriação dos 44 milhões de metros quadrados e disse que estranhava que um projeto de tecnologia, que não ia gerar massa de emprego, fosse desapropriar casas de trabalhadores construídas na base de mutirão, com esforço e sacrifício, em terrenos comprados a prestação, e deixar uma boa parte ao desabrigo. Por que não levar aquilo para Pindamonhangaba, uma cidade de porte menor? Ele disse: “Deputado, tudo o que o senhor falou, bote no papel e mande me entregar aqui. Não posso ter ingerência direta nisso por via do meu ministério, porque foi um decreto do Ministério dos Transportes, mas por via do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do qual sou presidente, posso discutir essa questão.” Preparei tudo, o Jorge Gama lhe entregou, mas aí fui surpreendido pelo Valdir Garcia, que era secretário de Planejamento do Chagas, e que, quando consultado, emitiu parecer favorável à desapropriação. Foi mais além: desapropriou, pelo estado, 40 milhões de metros quadrados, de forma que de Cabuçu até a antiga Rio-São Paulo tudo estava desapropriado. Quando questionado sobre essa outra desapropriação, disse-me o Valdir Garcia que era para prevenir a especulação imobiliária, pois o estado estava realizando a adutora da Baixada e iria reconstituir a estrada de Madureira. Certo é que foram ambas as desapropriações abortadas, a primeira, pela interferência do Andreazza, e a segunda pela revolta. Basta dizer que o presidente da Cehab, que convidamos para uma reunião na Igreja do Guandu, num domingo pela manhã, se viu diante de mais de 3.500 pessoas e saiu de lá apavorado.

Houve alguma diferença qualitativa na sua forma de atuação do primeiro para o segundo mandato, já que a abertura política era maior?

O primeiro mandato foi de ampliação do trabalho comunitário e, através dele, de denúncia do regime. O segundo foi de uma luta sustentada, em torno das desapropriações, da melhoria das condições de vida dos bairros, dos despejos do BNH. Tratei desses problemas não só em Nova Iguaçu, mas também no Rio, no conjunto Santa Margarida Maria, em Campo Grande, para onde levei o Edson Khair. Jó Resende nessa época ainda não estava envolvido com a questão de política habitacional. Ele já encontrou esse processo andando, bem adiantado. Só

veio a assumir esse problema bem mais na frente, quando o movimento já estava consolidado nas associações. A sua luta se desenvolveu em torno de prestações.

Devo dizer que por várias vezes tivemos reuniões com o presidente do BNH, dr. José Lopes de Oliveira, em que enfrentamos a feroz oposição do diretor Lício de Faria. Nesses entreveros, surpreendia-me a atitude conciliadora e humana do dr. José Lopes. Dentre sugestões que apresentamos e que foram por ele adotadas, quero destacar duas. Na época, o BNH restituía aos mutuários que mantinham suas prestações em dia 10 ou 12% dos pagamentos feitos anualmente. Dizíamos que ante a retração da demanda da população de baixa renda, espantada com a correção monetária, os investimentos do BNH estavam sendo carreados para uma população de classe média para cima, a qual estava se beneficiando, sem precisar, daquela restituição. Por que não direcionar as restituições em percentuais mais altos para aqueles que se situavam na faixa de baixa renda e suprimi-las da classe média para cima? Quando indagado sobre essa proposta, o dr. José Lopes chamou a secretária, que trouxe uma tabela adotando exatamente esse critério. Outra proposta era a de permitir que o mutuário pudesse utilizar o FGTS para abater o valor das prestações. Dizíamos: se o mutuário é devedor, também é credor, pelo FGTS investido na política habitacional. Certo é que nesse processo, avaliados todos os imóveis sinistrados no estado em que se encontravam, o BNH baixou uma resolução permitindo aos ocupantes adquiri-los, incluindo-se no financiamento as próprias despesas cartorárias. Isso resolveu uma boa parte do problema. Mas restaram aqueles imóveis que, embora ocupados, ainda não tinham sido adjudicados às financeiras. Para estes, elaboramos um contrato sob condição, pelo qual as financeiras se obrigavam a vendê-los aos ocupantes, que desde logo passavam a pagar as prestações devidas. Se adjudicados os imóveis, realizar-se-ia o contrato definitivo. Se, todavia, o mutuário pagasse o débito, liberando o imóvel da execução, hipótese remotíssima de acontecer, as financeiras devolveriam aos ocupantes o que deles recebera, com juros e correção monetária.

A febre de 1982

Na reformulação partidária de 1979, Amaral Peixoto foi para o PDS, Chagas foi para o PP, mas o senhor ficou no PMDB. Como foi essa passagem?

Aí temos que voltar ao acordo Chagas-Amaral, em 1978.²³ Amaral sempre ouvia as pessoas, era leal. Quando o Tancredo lhe disse que a briga dele com o Chagas estava conduzindo o estado para uma outra solução de governo, e que portanto era necessário um acordo, Amaral chamou todos os deputados que o seguiam para ouvi-los. Numa dessas vezes, entramos eu, Paulo Rattes, de Petrópolis, Alves de Brito, de Niterói, Ozires de Paiva, de Valença, e Geraldo Di Biasi, de Barra do Piraí. Nessa época, já estávamos fazendo a campanha do Saturnino para governador. Claro que sabíamos que a eleição era indireta, mas era importante jogar a campanha dele na rua, mobilizar o povo. Saturnino já tinha feito comício em São João do Meriti e Duque de Caxias e estava se articulando para um grande movimento de âmbito estadual. Então, quando o Amaral expôs a questão na reunião, eu, que fui o último a falar, perguntei: “Comandante, quero saber o seguinte: o senhor conversou com o Saturnino? O que ele disse sobre isso?” Amaral respondeu: “Saturnino disse que não tem nenhuma oposição ao acordo, mas que continua candidato.” Aí eu disse: “Bem, pois eu sou contra. Chagas vai melar esse acordo. Eles estão com o diretório regional, com a comissão executiva regional, com tudo! Nós temos uma parte do diretório e nada da executiva! Quem vai indicar os candidatos são eles!”

E foi o que aconteceu.

Foi. Eu até, nessa reunião, formulei uma hipótese. “Por exemplo, o Geraldo Di Biasi, que é candidato a deputado estadual por Barra do Piraí, tem uma reeleição tranqüila. Mas se o Chagas puser três candidatos em Barra do Piraí, ele vai ter problemas para se reeleger.” Amaral disse: “Você está certo...” Afinal o acordo foi feito, e Chagas roeu a corda. Riscou candidaturas do Amaral, sob a

²³ Em julho de 1977, com o início das articulações para as eleições de 1978, Tancredo Neves, percebendo que a divisão entre chaguistas e amaralistas enfraqueceria o MDB fluminense, interveio diretamente propondo aos dois líderes, Chagas Freitas e Amaral Peixoto, a realização de um acordo. Após várias reuniões, decidiu-se afinal que Chagas seria o candidato do MDB ao governo, tendo como vice o amaralista Hamilton Xavier, e que Amaral concorreria à vaga de senador biônico (eleito por via indireta). Além disso, foram negociadas a participação dos amaralistas no governo e o fornecimento de legenda no MDB para candidatos ao Legislativo ligados a Amaral. O primeiro sinal de crise foi a exclusão da chapa partidária, pela comissão executiva do MDB, de 14 candidatos ligados a Amaral. Apesar das declarações deste último à imprensa denunciando o rompimento do acordo, Chagas não retrocedeu, e as legendas acabaram sendo negociadas caso a caso. As últimas eleições do bipartidarismo no Estado do Rio transcorreriam em um clima de disputa interna acirrada entre os diversos grupos do MDB. Ver Marieta de Moraes Ferreira, op. cit.

alegação de que tinham sido vetadas pelo SNI. Em Nilópolis, por exemplo, Gouvêa Filho, que tinha a eleição garantida, foi riscado. De comunista não tinha nada. Era pastor evangélico, advogado sério, honesto, homem de princípios. O próprio Amaral, na sua candidatura a senador biônico, foi sabotado. Aliás, quando ele pediu voto a mim, neguei-lhe. Disse: “Comandante, o senhor sabe que eu tenho o maior respeito pelo senhor” — fiz-lhe os maiores elogios, merecidamente. “Só o seu passado político o autoriza a assumir esse gesto de coragem. Se o senhor fosse candidato a senador pelo voto direto, ia me encontrar ao seu lado na rua. Agora, em eleição indireta, eu não voto.” E realmente não votei. Eu, Flores da Cunha, Edson Khair e Délio dos Santos. E ele na verdade nunca ficou chateado com isso, não.

Em 1979, Figueiredo extinguiu os partidos, e nos novos que se fosse criar tinha-se que botar o P no início. Em Brasília, os nossos congressistas, capitaneados pelos senadores, se reuniram para manter o MDB com o P na frente. E o PMDB nasceu com esse movimento, do qual Tancredo dissentiu, porque nós queríamos expurgar do partido as seções do Rio Grande do Norte, com os Alves, da Bahia, com o Nei Ferreira, e do Rio de Janeiro, com o Chagas. Tancredo se prendeu a que não houvesse essa discriminação, mas na verdade aquilo foi mais um artifício dele, porque aqueles que estavam incomodados na Arena, Evilásio Vieira e outros, estavam na expectativa de uma saída política para eles, ou seja, de um novo partido. E se Tancredo ficasse no PMDB, ele próprio como ficaria? A liderança era do Ulisses, e ele certamente não teria perspectivas para projetos maiores. Como enxergava além da linha do horizonte, achou que melhor seria um novo partido liderado por ele próprio. Resultou disso o PMDB, expurgado daquelas três seções, e o PP, com os componentes dessas seções e os egressos da Arena. Tancredo deu a presidência de honra ao Magalhães Pinto e ficou como presidente.

Só não contava com o fato de os militares serem tão desastrados politicamente que impuseram a vinculação de voto na eleição de 1982, em que o tiro acabou saindo pela culatra.

Mas a vinculação não foi coisa dos militares, foi invenção do Marco Maciel, então governador de Pernambuco. Foi ele quem inventou isso, para tentar salvar o PDS. Aí veio a história da incorporação do PP ao PMDB. Eu dizia: “Por

que nós vamos jogar a balsa para o naufrago? Deixa ele morrer, ué! Não quiseram sair? Agora danem-se!”

Embora o senhor tenha sido contrário à incorporação, a ala esquerda do PMDB e mesmo setores vinculados ao PCB foram favoráveis. Essa posição seria decorrente de uma visão mais nacional?

Eu não via dessa forma. Mesmo no plano nacional não achava que a incorporação tivesse a importância que queriam lhe dar. Não estávamos mais no bipartidarismo. No plano estadual, o arco democrático foi para as nuvens. O PMDB estava crescendo, e trouxemos de volta aqueles que tínhamos posto para fora! O que moía a gente era o seguinte: quando se constituiu o PP, o PMDB acabou no estado. Perdemos o Amaral Peixoto, que foi para o PDS. Com o que sobrou, constituiu-se uma comissão executiva regional provisória. Na ocasião eu nem estava aqui, estava em Santa Catarina, e quando voltei fui convidado para uma reunião na qual Nelson Carneiro me disse que eu tinha sido indicado para secretário-geral. Respondi: “Nelson, eu não posso aceitar. Já tenho muitos afazeres, além da Assembléia e das associações de moradores, também advogo. Quer dizer, não vou ter tempo.” Mas insistiram, e acabei concordando. A comissão era composta por Nelson Carneiro, Saturnino Braga, eu, Rafael de Almeida Magalhães e, se não me engano, José Maria de Carvalho. Comecei a contatar as pessoas, e ainda bem que achei o Alberto Rajão, meu amigo, pessoa excepcional, um talento político. Articulei-me com ele e, junto com os demais, começamos a fazer os diretórios. Demos os primeiros passos num projeto de conscientização política da militância. Começamos em Nova Iguaçu com um seminário, do qual participaram, entre outros, Almino Afonso, Rafael de Almeida Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, Saturnino Braga....Quando veio a incorporação do PP, só não tínhamos diretórios em cinco ou seis municípios. Tivemos um trabalho danado. E outra coisa: o PMDB estava nas pesquisas com perto de 17%, 18%. Saturnino, para governador, estava com 11%, 12%. Quer dizer, estávamos bem.

Aí veio a incorporação. Em janeiro de 1982, Jorge Moura, deputado do PP, ligado ao Miro, foi a Nova Iguaçu me procurar e disse: “Amaral, vamos conversar para ver se a gente faz essa incorporação ser a menos traumática possível. Já que ela foi decidida em Brasília em convenção, temos mesmo que nos conformar e

fazer as coisas da melhor forma.” Eu propus: “Está bem. Saturnino corre a governador, Miro corre a senador único, e daqui a quatro anos corre a governador com o apoio de todo mundo.” Aí ele disse: “Essa proposta não passa, porque nós somos maioria” — e eram realmente —, “e o nosso candidato é o Miro.” Eu então disse: “Vamos perder a eleição.” Ele: “Vamos perder por quê?” Eu nem sabia para quem íamos perder — primeiro, o PDS não tinha candidato, tanto que cataram o Emílio Ibrahim, que acabou não emplacando; no final, foram buscar o Moreira em Niterói. Brizola estava chegando, distanciado do cenário político, tanto que, quando saiu candidato, parecia que seria mero figurante, ficou um bom tempo nos 12%; depois foi que engrossou o caldo. Prenunciava-se a Sandra, que saiu pelo PTB e durante um bom tempo liderou as pesquisas. Mas respondi ao Jorge Moura: “Vamos perder porque, apesar de sermos governo, e de a aliança dos liberais com a esquerda ter sempre determinado a eleição no estado, Chagas está com 82% de pontos negativos nas pesquisas. O PMDB, incorporando o PP, vai herdar isso. Quanto à aliança, nós não estamos mais no bipartidarismo. O proscênio político tem mais personagens. Você acha que os outros partidos vão travar uma campanha nacional ou vão estadualizar a campanha? No plano nacional nós somos fortes, temos história, temos patrimônio, mas no estado está o nosso calcanhar de Aquiles.” Tanto eu estava certo de que não ganharíamos a eleição que fui cogitado para ser candidato a vice-governador do Miro e não aceitei. Trabalhei para ser o Jorge Gama, o que acabou ocorrendo.

Mas o senhor ficou no PMDB.

Fiquei, corri a deputado federal e fiz campanha para o Miro. Mas desde o início fiz essa análise, que me parecia correta. Querem ver um exemplo? Os motoristas de praça em Mesquita, a grande maioria votava comigo. Quando começamos a campanha do Saturnino para governador, ainda pela eleição indireta, em 78, fizemos um comício num domingo de manhã na praça de Mesquita. Estávamos lá eu, Jorge Gama e Saturnino, e metemos o pau no regime e no Chagas. Passa-se um tempo, e volto eu lá com o Miro! Eles se reuniram e me chamaram: “Amaral, escuta aqui. Desta vez nós não vamos votar em você, não.” Não adiantou explicar o tal arco democrático, isso era linguagem que eles não

entendiam. A questão da coerência era mais forte. Resultado: fui derrotado para deputado federal. Tive cerca de 15 mil votos.

Não passou pela sua cabeça deixar o PMDB?

O quadro era conturbado. Embora não tivéssemos nada ajustado entre nós, eu, Khair e Délio dos Santos tínhamos uma grande identificação e discutíamos sobre como nos situaríamos. Délio dizia: “Vamos analisar, mas vamos ouvir as bases”. Acabou se definindo pelo PDT. Khair, numa reunião no apartamento do Nelson Carneiro, em que estávamos eu, Heloneida, Paulo Rattes — os únicos decididos a permanecer —, e mais Fernando Lopes, Teodoro Buarque e outros, empurrando o Nelson para sair, fez um belo discurso criticando o tal arco democrático e mostrando a existência de outras alternativas que não a incorporação. Acabou indo, junto com o Nelson, para o PTB. Para ver que o quadro não era tão nítido assim. Por que eu não fui embora? Eu era secretário-geral do PMDB e acho que aquilo me prendeu. Era como uma casa que ajudei a construir saindo praticamente do zero. Um dia, durante a campanha eleitoral, o Betinho, Humberto dos Santos, companheiro de longa data que corria a deputado estadual, disse: “Eu queria estar naquele caminhão.” Era o caminhão do PDT, que estava passando. Senti, um mês antes, que estava derrotado. Mas nem por isso deixei de me esforçar em toda a campanha, na tentativa de reverter o quadro.

É incrível como uma pessoa com a sua trajetória de militância de base durante anos perdeu a eleição, e o PDT elegeu pessoas absolutamente anônimas, que ninguém sabia quem eram...

Foi uma febre! Uma vez eu fui a Tinguá para uma reunião e na volta dei carona a um cidadão. Estava vindo por uma estrada rural e via os postes todos com a chapa do Brizola. Observei: “Caramba, quanta propaganda do Brizola! Eles estão trabalhando mesmo.” O rapaz disse: “Deputado, quem pregou isso fui eu.” Perguntei: “E onde você arranjou o material?” Ele: “Fui apanhar no diretório do Brizola...” Outro exemplo: estava na Assembléia, recebi um telefonema de uma mulher que estava sendo despejada do conjunto Grande Rio e fui para lá. Quando cheguei, havia uma porção de gente, mas o oficial de justiça tinha saído. Saí de lá,

fui ao gabinete do juiz, dr. Gualberto Miranda, e ele disse: “Não adianta. Eu já sei o que o senhor quer. O oficial de justiça já me comunicou que tem lá um candidato a vereador incitando o povo, e estou chamando o delegado da Polícia Federal, porque não se pode desrespeitar...” Comecei a conversar com ele, chegou o delegado, e propus: “Vamos fazer o seguinte. O senhor me dá duas horas que eu vou lá resolver esse problema.” Fui, botei a vítima no carro e voltei para o gabinete dele. Quando entrei com a mulher, ele disse: “Isso é chantagem! Não aceito isso!” Eu disse: “Estou trazendo esta mulher aqui para o senhor verificar que ela não tem nada com política, nem com o vereador. Na Baixada o despejo é um fato que atrai atenção e solidariedade. Tem um sujeito lá com camisa de candidato, mas ela não tem vinculação nenhuma com ele. É uma viúva.” Fui conversando, e nessa hora chegou o Jó Resende. Fez-se um momento de silêncio, e o dr. Gualberto, num gesto de humanidade, voltou-se para a mulher e disse: “Vou lhe dar uma semana para a senhora trazer as chaves aqui.” Muito bem. Entrei em contato com o BNH e resolvi o problema dela em menos de uma semana. Vou fazer-lhe uma visita e ao chegar na sala, qual é o maior retrato que tem lá? Brizola! O carão do Brizola lá!

A febre brizolista, que fez com que no dia da eleição as pessoas apanhassem no chão modelos de cédulas do PDT para votar, mais a vinculação de votos, e até mesmo o fato de que o povo me viu no barco errado, tudo isso contribuiu para o meu desastre. Apesar disso, não me arrependo nem lastimo o meu posicionamento político naquela época.

Vice-governador

Como foi a sua indicação para vice-governador com Moreira Franco em 1986?

O partido estava dividido entre Moreira e Nelson Carneiro. Sempre fui do lado do Nelson — só não o segui quando foi para o PTB —, mas na convenção ele perdeu. Aliás, parece que o número 18 sempre foi fatídico às nossas pretensões: perdemos uma convenção para o Chagas por 18 votos e perdemos a convenção para o Moreira na convenção para governador por 18 votos também. Várias *démarches* foram então feitas na busca de unidade, e abriu-se a alternativa de o vice-governador ser indicação do grupo do Nelson. Sondado pelo Nelson, disse-lhe que se fosse indicado aceitaria. Houve reuniões, e numa delas, no Hotel Glória,

incentivei o Arthur da Távola a ser o vice, mas ele me disse que tinha outro projeto. Um dia em que eu estava em Paracambi, fazendo campanha para deputado estadual, Moreira me ligou formulando o convite. Aceitei e dali fui para uma reunião no apartamento do Nelson na rua Sousa Lima, em Copacabana. Estavam pautadas, entre outras questões, a da vice-governadoria. Ao chegar, eu disse no ouvido do Nelson: “O Moreira já me convidou para ser vice e eu aceitei.” Ele respondeu: “Eu já sei. Estava esperando a oportunidade da sua chegada para avisar.” Chegou uma hora, ele colocou a questão, e todo mundo aceitou.

Apesar disso, não foram aplacadas todas as divergências. Depois que fui indicado para vice, estava programada uma reunião com todos os candidatos da aliança num colégio em Belford Roxo. No dia anterior, todos os candidatos da corrente do Nelson tivemos uma reunião no apartamento dele, e começou uma discussão tremenda. Liguei para o Moreira, quase às duas da manhã, expondo-lhe os problemas, e ele disse: “Eu não vou aí, não. O que você resolver está resolvido.” Ora, havia questões que só ele, pessoalmente, poderia resolver. Chegou uma hora em que eles acharam que eu não devia comparecer à reunião de Belford Roxo. O candidato a governador comparece, e o candidato a vice-governador não comparece... Ia-se começar uma campanha já com divergências dos candidatos majoritários. Eu já estava de cabeça quente, eram quase três da manhã, e disse: “Vocês querem saber de uma coisa? Arranjem outro candidato a vice-governador! Não quero saber mais disso!” Aí, o Osvaldo Lima tomou da palavra, me prestigiou, descartou a minha desistência, e acho que o Artur da Távola colocou: “Amaral, se você achar que deve ir, vá. Não tem problema nenhum.” Fui e disse ao Moreira: “Você e o Nelson precisam sentar para começar essa campanha sem divisões, sem brigas.” Ele concordou, e dali mesmo liguei para o Nelson e marquei, naquele mesmo domingo, às três da tarde, uma reunião no apartamento dele. Saímos de lá umas oito da noite com praticamente tudo esclarecido. O Nelson estava com um problema de senatoria. Queria ser candidato único, e achava que o Moreira ia prestigiar a campanha do Colagrossi, alguma coisa desse tipo. Eu disse a ele: “Isso se resolve na própria campanha. Você é um nome que já é uma lenda. Está além do partido. Vamos fazer uma experiência: vamos percorrer, juntos, a programação de Arraial do Cabo até Maricá, findando em Niterói no prédio da Assembléia. Vamos analisar nas ruas você e o Colagrossi, quanto à aceitação popular.”

Evidentemente ele sabia da sua popularidade e constatou logo que essa discussão era bizantina, tanto que não insistiu mais nela.

Um dia, fui ao lançamento da candidatura do Alaor Santiago na Barra da Tijuca, e nenhum dos oradores falava no Moreira. Era o candidato a governador e o seu nome era silenciado. Na hora da minha fala, falei na sua candidatura e disse a que se propunha. E o gozado era que eu e o Moreira não tínhamos um entrosamento político grande. Fui conhecê-lo quando ele correu pela primeira vez a deputado federal, em 1974, e foi ao meu escritório em Nova Iguaçu pedir apoio. Naquela ocasião eu disse: “Não vou apoiar você porque sou meio bairrista. O meu candidato a federal tem que ser daqui. Mas, se alguém quiser votar em você, não tem problema.” Depois o Comandante me chamou, pediu apoio, eu lhe respondi a mesma coisa. Aí ele disse: “Está bem. Vou a Nova Iguaçu em visita a amigos meus e queria que pelo menos você me acompanhasse.” Isso aconteceu. Ele percorreu vários locais, inclusive igrejas evangélicas, pedindo voto para o Moreira, e eu o acompanhei nessas oportunidades. Depois, fui duas vezes a Niterói, porque o Moreira me cobrou em Brasília: “Eu assumi a prefeitura e você não me visitou ainda.” Quer dizer, naquele lançamento de candidatura na Barra da Tijuca havia pessoas que tinham mais proximidade com ele do que eu,. Mas, se estávamos todos no mesmo barco, a candidatura dele tinha que ser defendida e proclamada, ainda mais por mim, que era seu companheiro de chapa. Esse episódio me levou a pedir ao Nelson uma reunião. Voltamos a discutir essa questão, em busca da unidade. A coisa serenou, e ao que sei, só dois não apoiaram o Moreira declaradamente: Miro e Paulo Ramos.

Moreira acenou desde o início com a possibilidade de o senhor vir a assumir a Secretaria de Promoção Social, como efetivamente aconteceu?

Não, não houve combinação de secretaria. Depois da eleição, ele me chamou e pediu para eu ser secretário de Promoção Social. Logo no dia seguinte da posse, estava havendo uma manifestação do pessoal de Bangu, e fui chamado a intervir. Levei o pessoal para o auditório da Secretaria de Planejamento e me inteirei do que era. Era um problema de terras, de despejo, pela Fábrica Bangu. Conversamos com o Silveirinha e obtivemos uma trégua. A questão só veio a ser solucionada definitivamente com o Haddad, depois que adquiriu a Bangu. Nos

primeiros dias pipocaram várias contendas, todas ligadas a terras. Moreira entrou com uma imagem de direita, e os que tinham sido contidos pelo Brizola nessa questão de terras pensaram: “Bem, agora é a nossa vez.” De imediato surgiram problemas dessa ordem, mas conseguimos contornar.

De início Moreira também não tinha nenhuma decisão sobre a Secretaria de Assuntos Fundiários. O que se dizia era que ia extingui-la. Após o primeiro incidente ligado a terras, virou-se para mim e disse: “Leva isso para Promoção Social.” Retruquei: “Nada disso. Não tem nada a ver Promoção Social com Assuntos Fundiários. Aquilo ali já é um espinhel. Vou levar mais um?” Fui resistindo, mas no fim ele disse: “Então, você responde também pela Secretaria de Assuntos Fundiários.” Passei a responder pelas duas, mas menos de um mês depois saí da Promoção Social, deixando em meu lugar o Áudio Leite. Não me adaptei à promoção social. Não sou afeito ao assistencialismo, ainda que estatal. Também não lhe faço restrições. Mas acho mais próprio valorizar o homem, despertar-lhe a consciência de luta e ajudá-lo a ganhar o seu próprio espaço.

Fiquei na Secretaria de Assuntos Fundiários, a que me afeiçoei, até agosto de 1988, quando fui designado interventor estadual no município de Nova Iguaçu, contra a minha vontade. Eu não queria, até indiquei outro, mas uma manhã Moreira me chamou, já com o decreto encomendado ao Camacho. Convenceu-me de que não teria outro nome. Fiquei cinco meses, regularizei a situação, e o Aluísio Gama — hoje presidente do Tribunal de Contas do Estado —, quando assumiu, recebeu uma prefeitura arrumada: ele mesmo disse isso. Enquanto estive lá procurei até mesmo quebrar a burocracia. Aprendi isso na vice-governadoria. Fazia contatos diretos, com a Cedae, por exemplo, para colocar água num determinado local. Eles diziam que as obras se iniciariam no dia 10, eu ia lá no dia 18, e não tinha nada. Ligava, exigia explicações, e eles diziam: “Houve um problema aqui” — há sempre desculpa. Da mesma forma eu ia à Serla diretamente, e a outros órgãos. Procurava agilizar soluções. Se não se acompanha a demanda e o seu desdobramento, a coisa morre no escaninho do burocrata.

Moreira ficou muito conhecido pela política de pequenos agrados, de atendimento, o que de certa maneira o aproximava de Amaral Peixoto. O senhor via semelhanças entre os dois? Divergências?

Acho que a escola do Amaral era outra. Amaral vinha de uma trajetória política desde interventor no estado do Rio de Janeiro. Era um homem vivido, experiente, dotado de muita sabedoria política. Não foi sem razão que conseguiu ser uma lenda no Estado do Rio, não é verdade? Tinha algo nele que transpirava política, era um político por excelência. O próprio Moreira uma vez me disse em Brasília: “Amaral poderia ser presidente da República se fosse mais ousado.” Moreira, ao contrário, estava em formação. Não se pode fazer comparação entre os dois, na minha avaliação. Amaral não atropelava ninguém, não era imperioso, era homem de diálogo. Moreira, sem que isso implique desdouro, é mais impetuoso, mais voluntarioso. Não era muito de dialogar, não.

O senhor transitou entre muitas pessoas, exerceu vários cargos, mas nunca deixou a sua região, Nova Iguaçu. Até hoje mora lá. Qual o sentido disso para a sua identidade como político?

As pessoas se surpreendiam quando, na época de vice-governador, me perguntavam onde eu morava, e eu respondia: “Nova Iguaçu.” Achavam que eu tinha me mudado, que morava no Rio. Eu tenho muito apego a Nova Iguaçu, à Baixada de modo geral. Ali eu me criei praticamente, dos 12 anos até a idade adulta, ali finquei minhas raízes. Por que eu iria sair de lá? Sou conservador nessa questão. Isso talvez explique o fato de eu não ter ido para o PDT, saindo da casa que ajudei a construir, que era o PMDB. Quando o MDB acabou, e uma revoada aportou no PP, eu e alguns poucos ficamos no PMDB para recomeçar do zero. Tenho apego às coisas com as quais me identifico, e isso me inibe de romper. Você sente um apego àquela coisa e não a descarta por qualquer questão, está enraizado. A mesma coisa com Nova Iguaçu: “Ah, é longe, é violenta” — também não é, não. E é lá a minha terra. Antes, quando eu queria ir a um teatro, e lá não tinha, vinha aqui no Rio. Quisera que fôssemos capazes de romper totalmente essa dependência, o que já estamos conseguindo em parte, de forma tímida, e nós tornássemos uma cidade auto-suficiente em tudo. É em Nova Iguaçu que eu moro, é ali que eu tenho os meus amigos, a minha convivência, desde a época dos laranjais, quando o ambiente rescendia a laranja... É ali que eu vou a um bairro e o pessoal conversa comigo, e até me cobra: “O senhor não é candidato a prefeito?” Eu digo: “Por enquanto não...” É um sentimento muito forte.

Ultimamente, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, houve um processo de desmobilização muito grande das associações de moradores. Como o senhor analisa isso?

Acho que transformar a associação em palco de disputas partidárias faz restringir o grau de participação comunitária e agregar uns poucos à militância político-partidária. O elo da participação comunitária, a meu ver, reside nos problemas da comunidade. Não se pode transformar a associação em massa de manobra. Os presidentes de associações muitas vezes as utilizam como suporte de suas próprias pretensões eleitorais ou das de seus candidatos. Aqueles que não são militantes, mas simples participantes da associação, vão se dando conta de que, na verdade, a associação não está funcionando pelos seus reais propósitos, e sim como um mero instrumento político-eleitoral.

Passados 25 anos, qual a sua avaliação da fusão?

A fusão foi uma surpresa. A Lei Complementar nº 14, de 1973, criou as regiões metropolitanas em várias capitais do país, exceto no Rio de Janeiro. Ali já havia algo escondido na manga do paletó. Aí veio a Lei Complementar nº 20, criando a região metropolitana do Rio de Janeiro, e conseqüentemente a fusão. Acho que não foi bom para nenhum dos dois lados. A “Velha Província”, o antigo Estado do Rio, ficou descaracterizado com a fusão, tornou-se um apêndice do novo estado. Perdeu a identidade, que foi absorvida, até politicamente, pela Guanabara. O Rio, por seu lado, também foi prejudicado. Não recebeu retribuições tributárias e converteu-se em pólo de atração para a população interiorana. Quando eu morava em Itaocara, via que as pessoas iam a Niterói em viagens de negócios ou de lazer. Hoje, isso não mais acontece. Faria Lima fez um bom governo para o antigo Estado do Rio, dizem, porque não se afinava com o Marcos Tamoyo. Fez um bom governador para o interior, mas na Baixada, praticamente nada foi feito. Do que me lembro, em Nova Iguaçu, construiu com recursos externos uma escola para excepcionais chamada Castorina Faria Lima e fez o asfaltamento da estrada que liga Engenheiro Pedreira à via Dutra, que se esfarelou com o tempo e virou uma buraqueira só. Depois, como vice-governador, consegui afastá-la totalmente. O

primeiro governador que investiu na Baixada, não apenas para tapar buracos, foi o Chagas, verdade seja dita.

Acho que o antigo Estado do Rio, em face da fusão, ficou com uma certa relação de dependência com a capital. Porque o Rio é indiscutivelmente uma força cultural, além de econômica, e por isso mesmo exerce uma irresistível força atrativa. O antigo Estado do Rio não tinha o perfil da Guanabara, mas era um estado que tinha movimento próprio. Esse dinamismo ficou comprometido. A dependência, o fato de ficar na esteira do outro, estiola a capacidade de trilhar um caminho próprio. Na Baixada, então, isso levou a um quadro de suburbanização. As cidades da Baixada não são mais uma cidades, são subúrbios do Rio de Janeiro. Sem entrar num exame profundo do que representou a fusão, até porque não me considero preparado, estas são as minhas impressões.